



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Manuel Goulart e Manuel Valadão
(substituído durante a Sessão
pelo Deputado David Santos)

S U M Á R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 9.00 horas.

Procedeu-se à continuação da **ordem do dia** anterior, 27 de Junho de 1991, ou seja, a interpeleção ao Governo Regional. Sobre este assunto, usaram da palavra, os seguintes Deputados: Dionísio de Sousa (PS), Manuel Valadão (PSD), Rui Melo (PSD), Martins Goulart (PS), Paulo Valadão (PCP), Paulo Araújo (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), Manuel Serpa (PS), Rogério Serpa (PS), Oliveira Rodrigues (PS), Carlos Mendonça (PS), Rui Meireles (CDS), Carlos César (PS), Tomaz Duarte Jr., (PSD), Renato Moura (Dep. Ind.), Gaspar da Silva (PSD), bem como os Secretários Regionais da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima, da Economia, Humberto Melo, e ainda o Presidente do Governo Regional, Mota Amaral a quem coube o discurso de encerramento do debate.

Os trabalhos terminaram às 13.40 horas.

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para a chamada.

(Eram 9.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide

Teles, António Gaspar da Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Fernando Faria, Francisco José Silva, José Artur Correia, José Carlos Simas, Jorge Cabral, Luís Bastos, Madruga da Costa, Luís Bettencourt, Manuel

Valadão, Regina Cunha, Reis Leite, Rui Melo, Tomaz Duarte Jr., Victor Evaristo; PS - Albano Pimentel, Victor Ramos, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, António Braga Furtado, Dionísio de Sousa, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Jr., Manuel Goulart, Manuel Serpa, Paulo Araújo, Rogério Serpa; CDS - Rui Meireles; PCP - Paulo Valadão; Dep. Ind. - Renato Moura).

Presidente: Estão presentes 38 dos Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos continuar no período da ordem do dia, com a interpelação ao Governo Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Subo a esta Tribuna por duas razões. Em primeiro lugar, para dar um esclarecimento que julgo devo dar à Câmara. Em segundo lugar, para acrescentar mais algumas questões na área agrícola, dentro da interpelação que estamos a fazer.

Começo pelo esclarecimento, para dizer que o Grupo Parlamentar do PS, veio para esta interpelação com um duplo objectivo: um objectivo político, outro pedagógico.

O objectivo político, era e continua a ser, interpelar o Governo Regional, com êxito em duas áreas, ou seja, agricultura e transportes. O êxito, já o conseguimos na primeira área e por KO ao primeiro assalto.

(A parte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas ainda teve tempo para dizer que estava derrotado. Mas já não teve forças para dizer algo equivalente ao "venceste, Galileu"! E neste momento, ou a partir daquele momento "jaz morto e arrefece" o menino e Secretário Regional da Agricultura do seu Mota - malhas que a política tece!

O segundo objectivo era pedagógico. Era ensinar o PSD a respeitar as regras de uma interpelação. E as regras são claras. Numa interpelação o Governo é que é inquirido. Por todos os partidos. Mesmo por aquele que apoia o Governo. Com diferenças, claro.

Pelos partidos da oposição, de uma forma crítica. Pelo partido do Governo,

de uma forma que resulta elogiosa (para o Governo); pelos partidos da oposição, com questões difíceis, se possível, irrespondíveis.

Pelo Partido do Governo, com questões fáceis até mesmo previamente combinadas, até mesmo supérfluas, mas que permitam ao Governo mostrar obra feita.

Temos de reconhecer que este último objectivo pedagógico ainda não foi totalmente atingido, mas reconhecemos que a maioria começa a fazer progressos nesta matéria.

E por aqui os Srs. podem perceber como é difícil ser oposição inteligente.

Tudo isto, porém, tem uma consequência óbvia.

Nas perguntas feitas ao partido interpelante deixou de fazer qualquer sentido. Por isso mesmo deixam de ser respondidas.

É regra para quem faz a interpelação passa a ser a seguinte: nós não respondemos a perguntas: atacados, nós defendemo-nos quando atacados. E consideramo-nos atacados quando atingidos na nossa honra e consideração. Daí o recurso frequente que fizemos ao dispositivo regimental previsto no artigo 102.º do Regimento. Daí também o facto de, no meu caso concreto, haver perguntas que foram feitas pela bancada do PSD sobre a intervenção que eu fiz. Tomei, religiosamente nota, mas justifico por esse facto e por essa estratégia, o facto de não ter respondido e de guardar para outra altura essas respostas.

Feito o esclarecimento, passo às perguntas que gostaria de deixar à consideração desta Câmara e do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Com a 1.ª pretendo chamar a atenção para uma situação muito curiosa e que mostra como este Governo continua a ser eficaz em relação àquilo que faz, sobretudo em matéria de CEE. Eu passo a ler uma notícia recente (18/6/91) de jornal, que dizia que "o Governo Regional pretendia que fosse declarado uma intervenção da CEE, visando obviar as consequências negativas para a agricultura, do período de seca que atinge as ilhas" - teria anunciado uma fonte governamental. Gostaria de chamar a atenção para o facto de que a caracterização feita pelo Governo Regional no POSEI-MA, em relação a clima, apontando as diversas circunstâncias que dificultam e que põem os Açores numa situação mais difícil, fala-se "num relevo e num clima difícil. Relevo vulcânico escarpado que limita a superfície agrícola útil e grande exposição às catástrofes naturais". E exem-

plifica: "tremores de terra, ciclones e chuvas torrenciais". O PS criticou essa caracterização. O Governo acaba de dar razão, pois ela foi tão completa que se esqueceu daquilo que em primeiro lugar, depois da aprovação do POSEIMA devia ter posto lá. No entanto a Região e o Governo Regional vão pedir auxílio à CEE, não para aquilo que pôs no POSEIMA mas para aquilo que não pôs e devia ter posto também.

Outra questão de muito interesse é a que diz respeito aos adubos e ao pagamento dos transportes dos mesmos e duma maneira geral diz respeito àqueles artigos que tinham os chamados preços nacionais. E vou ter em conta que essa problemática foi aqui trazida, com a habitual oportunidade, pelo Deputado do PS, José Gabriel Lopes, em 15 de Março, numa intervenção antes da ordem do dia, em que perguntava qual era a solução que o Governo iria adoptar para os adubos em face da Portaria 196/89 de 9 de Março?

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas respondeu que alguém havia de pagar esses adubos. Logo a seguir, ou seja, no dia 16 de Março, essa mesma questão era retomada por um outro Deputado, ao qual respondeu o Sr. Secretário Regional da Economia, dizendo que realmente, era aquela a solução que tinha sido anunciada - o pagamento dos adubos pela Região - mas em relação a estes, deixava de existir os preços nacionais, como era referido nessa Portaria de 89 e acrescentava o então Secretário Regional da Economia, dando a posição do Governo, dizendo "nós não aceitamos esta solução. Nós estamos a discutir e a debater com muita firmeza, face ao Governo da República e às obrigações do Estado nessa matéria, por via da solidariedade que está consagrada na Constituição e deve ser o Estado a continuar a suportar o diferencial dos transportes, para realizar a igualdade em todos os portugueses". Estive a ler aquilo que foi dito nesta Assembleia em 16 de Março de 89. E acrescentava: "Tomar, geralmente, uma solução, é que é um equilíbrio, sem realmente nos termos desviado do princípio de que é ao Estado que cumpre cobrir esse diferencial dos transportes. E, nesse sentido vamos debater e estou absolutamente convencido, que o iremos conseguir". Não sabemos bem como é que as coisas se passaram entre Março de 89 e Abril de 91. Ou, se calhar, sabemos mais ou menos como é que foi. Sabemos que o então Ministro da República, conseguiu que Cavaco Silva

fosse pagando esse preço dos transportes. Mas em 2 de Abril de 91, surge uma Portaria do Governo Regional - a Portaria 6/91 - a dizer que até ao final do mês de Junho de 91, o Governo "vai assumir, através do Fundo Regional de Abastecimento, os custos inerentes ao transporte marítimo". E diz que a partir daquela data, até ao final do mês de Junho, o subsídio ao transporte será adquirido semestralmente.

Confesso que quando soube que o Primeiro Ministro Cavaco Silva, vinha aos Açores no princípio de Julho (dia 6 ou 7), pensei: "É a oportunidade e devo reconhecer que o PSD regional está a trabalhar com eficácia, no sentido de manter os princípios que dizia defender. Provavelmente, Cavaco Silva virá à Região anunciar que o preço do transporte dos adubos será pago pelo Estado Português". Tenho aqui a transcrição duma decisão tomada num dos últimos Conselhos do Governo em que se diz o seguinte. "O Governo Regional decidiu hoje na Horta, suportar os encargos decorrentes do transporte dos adubos do Continente para os Açores e entre as ilhas. Os custos desta operação ronda os 250 mil contos". Onde é que estão os princípios?

Onde é que está o entendimento e a cooperação entre o Governo Regional e o Governo da República?

Onde é que está o Cavaquismo que Mota Amaral apoia, com a solução para a Região?

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Outras questões dizem respeito à electrificação rural. Tenho aqui as respostas do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas sobre este assunto, dadas ao PS em Setembro de 90, que se dizia "prevê-se que em breve a publicação da portaria que concede apoios à electrificação das explorações agrícolas..." - isto é de Outubro de 90. Quando é que se concretizará isso e será em breve?

Linhas antes, dizia-se também: "em breve será aberto o concurso do abastecimento de água à lavoura, na Terceira, que é da responsabilidade da própria Câmara Municipal, para a adjudicação da 1ª fase dessa obra". O que é este "em breve"?

Este "em breve", era a promessa de Outubro de 90.

De quem é a responsabilidade desta obra neste momento?

Quando é que ela vai ser adjudicada? - são as questões que ficam.

Uma outra questão diz respeito ao paga-

mento, ou seja, se há ou não, pagamentos em atraso, das intervenções no mercado de lacticínios dos Açores em 90?

Nós sabemos que nessa matéria, o Governo Regional fez um mau negócio com o Governo da República. Um negócio meio escuro, em que o Governo Regional passou a assumir responsabilidades por leis que estavam imputadas ao Governo da República. O Governo Regional viu-se obrigado, também, a pagar a intervenção, mas ao que consta, ainda não conseguiu pagar tudo. Há pagamentos de transporte para fazer. Gostaria de saber se existem ainda, dívidas do Governo Regional, às indústrias transformadoras de lacticínios, que colocaram produtos de intervenção nesta altura.

Já agora, gostaríamos todos de saber, como é que funcionou a intervenção nos Açores em 91?

Pergunto, ainda, porque é que na Região não estão aplicados dois subsídios que estão aplicados em Portugal Continental: um diz respeito à manutenção de vacas em aleitamento, outro refere-se ao abate de novilhos. São 8.500 \$00 por animal, pagos pelo INGA, com base no Regulamento CEE nº 468/87 - Conselho de 10 de Fevereiro de 87. Por que não estão a ser esses subsídios aplicados na Região?

E para terminar, referia uma questão posta já bastas vezes nesta interpelação, e que se refere aos caminhos de penetração, questão essa que acabou, finalmente, por ser respondida pelo Sr. Secretário da Agricultura. Recordo apenas, uma promessa de Março de 89, do Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, a uma pergunta que tinha a seguinte redacção: "Qual a política a seguir na definição, responsabilização e conservação dos caminhos de penetração"?

Em 16 de Março de 1989, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas dizia: "Quanto aos caminhos de penetração, a estratégia normalmente é aquela que vem sendo seguida, com uma grande alteração. É que a partir do final deste ano (16/3/89) a entidade que vai ficar responsável pela execução dos caminhos de penetração no arquipélago, será a Secretaria Regional de Habitação e Obras Públicas. Evidentemente, com o reforço substancial de verbas, no sentido de aumentar duma forma significativa, o número de quilómetros de caminho a construir e também a conservação dos já existentes".

Confirma-se aquilo que eu disse aqui na primeira intervenção. Também os caminhos de penetração não são um problema

de dinheiro. Não são um problema de verbas, nem de habitação de recursos. É um problema de disputa de poder entre o Governo, entre um Secretário que é o substituto de Mota Amaral e outro que não sei se se candidata a alguma coisa.

(Apartes inaudíveis das bancadas do PSD e do Governo)

O Orador: Sr. Secretário:

Em face disto, sugiro-lhe só, que prometa menos e faça um pouco mais. Ou não prometa nada, e faça alguma coisa.

Obrigado.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos da bancada do PS)*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Duas observações à intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, que tem um estilo ao qual nós já nos habituámos há longo tempo. E, aliás, com quem eu tenho-me defrontado nos últimos 10 anos.

Se me permite, aquilo que eu considero, eticamente, mais responsável, e aquilo que sob o ponto de vista pessoal - permitasse que fale assim - mais me ofende (porque estou ofendido, pessoalmente, já nem sequer é só como Membro do Governo) é que se distorça o que eu digo e que se tente pôr no que eu digo, coisas que eu nem pensei.

Eu quando aqui afirmei "estou derrotado", referia-me objectivamente, à forma como o Sr. Deputado tinha intervido e à forma como eu a seguir intervi. Não me considero, do "duelo" que tive consigo, minimamente derrotado. Antes pelo contrário.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Agora, distorcer o que eu disse, com uma certa graça - aliás, ponho sempre nisto uma certa graça, prudência e seriedade - e tentar dizer o que eu nunca pensei, Sr. Deputado, perdoeme, mas é eticamente responsável e a mim, como pessoa (porque nunca lhe fiz isso), ofende-me.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ofende-me, Sr. Deputado, porque eu nunca lhe fiz isso, em nenhuma circunstância.

Não se ria, porque eu estou falando de coisas sérias. E estou aqui para transmitir

pensamentos sérios e não para ser ofendido, nem para dizerem aquilo que eu não penso.

Quanto às questões levantadas por si, eu devo dizer que quando se tentou colocar algumas das questões relacionadas com catástrofes naturais - que em alguns casos até está exagerado - não se conseguiu meter a situação de seca.

Quanto ao problema dos transportes dos adubos, iniciou-se uma relação com Lisboa, nesta matéria. E a posição de Lisboa foi firme: - "Nós não pagamos o transporte dos adubos"! Foi o que Lisboa nos respondeu depois de tentarmos várias vezes, fazer valer a nossa posição. Face a isso, o Governo decidiu desmantelar o transporte em 25% ao ano. Só que, também, face à situação que se vive actualmente, de penalização da lavoura em virtude da seca, o Governo decidiu prolongar até ao final deste ano a totalidade do transporte dos adubos. O Governo assumiu um encargo, porque entendeu que era uma forma de apoiar a lavoura. Não sei porque é que isto é recriminável!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso é um problema do Cavaco!

O Orador: Então entenda-se com o Cavaco!

Ele agora vem cá, portanto aproveite e fale com ele!

Nós cumprimos aquilo que assumimos.

Quanto ao problema da água na Terceira, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, em entendimento com a Câmara Municipal de Angra, assumiu a condução do processo. Estão neste momento, programadas reuniões, quer com a Câmara da Praia, quer com a Câmara de Angra, a fim de serem introduzidas algumas alterações no projecto e ele possa ser posto a concurso, ainda este ano.

Os pagamentos em atraso...

(Risos do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: O Sr. está muito divertido hoje.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Estou a ouvi-lo!

O Orador: Não é a forma como eu ouço. Eu quando ouço, não é a rir!

Em relação aos pagamentos em atraso da intervenção, eu devo citar o que o Governo da República disse, aquando duma decisão que tomou: "Se os direitos niveladores são receitas da Região, ele também deve assumir os problemas da intervenção". Isto porque os direitos niveladores eram, naquela altura, uma forma de apoiar financeiramente,

os sistemas de intervenção que eram da responsabilidade do Estado Português.

Ora, a Região recebia, de facto, esses direitos niveladores e teve que assumir a responsabilidade de intervenção.

A intervenção foi um "negócio" - como o Sr. Deputado lhe chamou - em que a Região assumiu uma responsabilidade de cerca de 2 milhões de contos; as vendas renderam cerca de 1 milhão e 400 mil contos; as receitas dos direitos niveladores foram de cerca de meio milhão de contos, o que significa que a intervenção não foi, de forma alguma um mau "negócio", no sentido de se ter perdido dinheiro. Pois que as receitas dos direitos niveladores equilibraram aquilo que efectivamente não se conseguiu nas vendas.

Faltam pagar alguns transportes às empresas, mas Sr. Deputado, posso provar-lhe que a culpa dessa falta de pagamento, é das empresas, porque não apresentaram, atempadamente - e fica dito publicamente - nem de forma clara, os documentos que comprovam essas despesas.

Quanto à questão dos caminhos de penetração eu devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que não há lutas entre Secretários. E a minha afirmação de que não foi cumprido é um facto e deve-se a uma questão muito simples. Verificámos que no terreno, a passagem (muito rápida) da responsabilidade dos caminhos de penetração, da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas para a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, poderia trazer alguns problemas. E estamos a analisar isso mais criteriosamente, porque no terreno, verificámos que há excepções. E, sobretudo agora, quando temos obras a iniciar períodos de intervenção sob o ponto de vista de reestruturação fundiária.

Em relação à legislação comunitária relacionada com as vacas em aleitamento e com o abate de novilhos, entra em vigor na Região, no mesmo dia e à mesma hora que entra em vigor no Continente. E mais do que isso: se a sua aplicação está atrasada, é porque a primeira proposta de legislação sobre esta matéria que aparece na Região, vinha do INGA, foi considerada inaceitável por nós e, aliás, comunicada às associações agrícolas. Porque o INGA propunha que apenas se concedesse o subsídio, no acto de abate. Ora, conceder o subsídio no acto de abate, era não concedê-lo na esmagadora maioria dos casos, ao produtor e sim ao intermediário. Além disso, ganho intermediário.

rio pouco beneficiava com isso, porque o limite máximo do subsídio é de 90 contos.

Nós propusemos duas épocas de inscrição: uma em Maio e outra em Novembro, para apanharmos os animais nascidos no Outono e os nascidos na Primavera dando-lhe, por proposta nossa, o limite mínimo de 5 meses. O INGA não quis aceitar essa proposta, mas finalmente aceitou-a, porque a lógica da nossa proposta, inclusivamente, foi ao encontro da posição das organizações da produção no Continente.

Portanto, mais uma vez, o Sr. Deputado demonstra desconhecimento das coisas e má informação.

Julgo que com isto, quase respondi a tudo o que me foi aqui pedido, excepto uma questão, que é o problema da electrificação rural. De facto, Sr. Deputado, a promessa que eu fiz de, brevemente, publicar a portaria, não foi ainda concretizada. E não foi ainda concretizada, porque eu tenho encontrado algumas dificuldades em publicá-la, sob o ponto de vista técnico e sob o ponto de vista financeiro. Estou a dizer-lhe a verdade!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão, sobre esta matéria.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desejava fazer um protesto muito rápido e também, relativamente pequeno.

Ontem, na sequência das perguntas feitas por mim ao Governo, o Sr. Deputado José Gabriel Lopes afirmou que eu teria feito perguntas combinadas com o Governo. Eu, na altura, não respondi, porque já aqui há uns tempos atrás tive oportunidade de esclarecer, com este Sr. Deputado, este tipo de situações e logo, não pretendia entrar nesse tipo de discussão e com ele, não entrarei mais, porque considero que essa situação está esclarecida.

Mas o Sr. Deputado, líder do PS, volta com o mesmo tipo de afirmação. E então aí, a questão já se coloca noutros termos. E portanto, se a pergunta incomoda o Sr. Deputado e ao PS, o problema é seu e do próprio Partido Socialista. Mas eu queria dizer que, se não aceito deixar de criticar aquele Governo que está ali, que é apoiado por esta bancada, muito menos aceito que o Partido Socialista tenha a leviandade de pretender que eu não intervenha nesta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado

do Rui Melo ainda sobre este assunto.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou informar a Câmara que peço a palavra para fazer um certo ponto de situação e depois dizer banalidade. Isso é o que os Srs. Deputados do PS fazem continuamente, em relação ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e pescas. Ou seja, riem-se, fingem que não ouvem, porque não querem saber as verdades. Estão a constatar que a política da agricultura está correcta, que ela tem sido eficaz, só que há certa dificuldade em alguns sectores, no sentido de melhorá-la. E a prova disso, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, é que a sua intervenção hoje, aqui nesta Casa, não é para dar um esclarecimento. É para uma justificação, Sr. Deputado.

É a capitulação da vossa bancada, perante a interpelação que quis fazer ao Governo!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Os Srs. Deputados estão a capitular, porque não foram capazes. E nós, Partido Social Democrata e Governo, só nos resta agradecer-lhes que insistem nessas figuras regimentais...

Deputado Martins Goulart (PS): Vai haver mais!

O Orador: ...para nós podermos esclarecer qual é a nossa política e as nossas atitudes. Esclarecemos também, que nós temos para dar e temos as soluções para os problemas do agricultor.

Sr. Deputado Martins Goulart, nós sabemos que o Sr. está à vontade. Não está preocupado com o encerramento que vai fazer hoje, porque o Dr. Paulo Casaca está a escrever a sua intervenção.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Por isso o Sr. está tão à vontade!

Mais. Foi ontem nesta Casa, que o Sr. Deputado Martins Goulart aceitou e reconheceu, que a única intervenção inteligente feita ao Governo, foi a intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Foi a que foi citada. Não foi a sua, Sr. Deputado Dionísio de Sousa!

A sua intervenção foi desarticulada, inconsequente que depois o Sr. Secretário responde.

- E o Sr. Deputado o que é que fez?

Não insiste nas suas propostas e nas suas perguntas!

Limita-se sim, a mudar de assunto,

porque não convém saber a verdade, porque essa leva-o a uma postura de quem está a fracassar, pouco a pouco, e demonstra a sua fragilidade.

(Protestos inaudíveis do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Até fico sem saber se aquilo que está expondo, são ideias suas ou tiradas doutro sítio, pois não consegue defendê-las.

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Carlos Mendonça (PS): Foram tiradas da sua cabeça, com certeza!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): É para defesa, Sr. Presidente. E também para fazer um protesto à Mesa. Na medida em que o Sr. Deputado Rui Melo, no início da sua intervenção, disse que não ia intervir, nem fazer perguntas, e a Mesa não lhe perguntou, nem enquadróu a sua intervenção.

O Sr. Deputado, antes de falar, deve precisar, exactamente, a forma e a figura regimental, ao abrigo da qual está a intervir. Suponho que não falou e a sua intervenção deve ser retirada ao Diário das Sessões, porque não falou ao abrigo duma norma regimental.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Querias!!

O Orador: Mas quero defender a honra, porque não admito que qualquer Deputado desta Casa, insinue que eu ou qualquer Deputado desta bancada, intervenha de acordo com qualquer outro tipo de vontade política que não seja a própria.

Eu não admito que algum Deputado insinue que aquilo que eu digo, não seja escrito por mim!

Eu nunca tive ninguém a escrever para mim. E não insinuei, nunca, até hoje, que qualquer Deputado do PSD, tenha tido os seus discursos escritos por outrem, muito embora possa ter essa dúvida dentro de mim, inúmeras vezes.

Não admito e julgo que o Sr. Deputado deve ter, pelo menos, alguma humanidade, respeito pelo cidadãos que estão nesta Casa e deixar de falar, quando podia muito bem estar calado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo, se quiser usar da palavra, nos termos regimentais, para defesa da honra.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, efectivamente, vou usar da palavra ao abrigo do artigo 102º, não para defender, porque eu considero que só afecta a minha honra, quem tem a sua num patamar acima da minha.

Por isso usarei da figura regimental de reacções contra à consideração.

O que há a registar aqui, é que de facto o Sr. Deputado Martins Goulart, usando aquela figura popular, "enfiou o barrete"!

E veio tentar justificar perante a Câmara, com figuras de humanismo e consideração certos aspectos, em vez de verificar outros. Já agora aproveito esta oportunidade, para registar perante o Sr. Presidente da Assembleia que é preciso que esta Casa reveja essa situação dos àpartes inaudíveis, os àpartes deselegantes que o Sr. Deputado Martins Goulart faz constantemente e que nunca vêm registados nos Diários das Sessões. São sempre àpartes inaudíveis, Sr. Deputado!

Deputado Martins Goulart (PS): Não conseguem ouvir, é?!

O Orador: Não. Nós conseguimos ouvir. Só que os serviços da Assembleia não têm condições de trabalho adequadas. Não é porque as funcionárias assim o desejam ou a má-fé. O problema é que não têm condições de trabalho, para poderem registar os seus deselegantes àpartes que são constantes!

Deputado Martins Goulart (PS): São só os nossos, não é?!

Presidente: Srs. Deputados, peço que tenham calma.

Voltamos às nossas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Habitámo-nos ao longo dos anos a ouvir os Membros do Governo e os Deputados do PSD dizerem constantemente que estão a trabalhar segundo um projecto, com objectivos e metas definidos, prosseguindo um caminho auto-determinado como sendo de crescimento, desenvolvimento, justiça e progresso.

A afirmação referida de forma obsessiva, é tanto mais repetida quanto menor correlação tem com a vida económica, social e política da Região.

De facto o PSD/A e o seu Governo governa com um sentido imediatista pintado com as cores do domínio que resulta da

utilização sistemática e abusiva com que esse partido usou a maioria absoluta de deputados que até há pouco detinha.

Temos, por enquanto, um Governo que sendo imediatista e inoperante, é parcial e não tem nem vontade nem capacidade e audácia para elaborar as respostas que os grandes desafios hoje colocam.

Temos, também por enquanto e agora, um Governo assente num Grupo Parlamentar que dispõe de uma maioria relativa mas que tem sérias dificuldades em encarar este facto.

Este quadro para ser completo tem que ter ainda uma referência ao hábito que o PSD/A tem em dizer, sistematicamente, que os vários sectores da oposição não têm propostas, não têm projectos, não têm objectivos.

Essa postura gratuita é mais uma consequência dos errados raciocínios daqueles que pensavam que ter maioria absoluta era ter poder absoluto e eterno.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao introduzir no debate este breve quadro caracterizador do comportamento do Governo e do seu Partido, não pretendemos fugir aos temas em apreciação, mas tão só apresentar as linhas de orientação do PCP/Açores sobre o sector agrícola integradas no ambiente político que realmente existe na Região.

Como é sabido, o PCP/Açores defende que a política agrícola regional deverá estabelecer orientações e obter garantias que possibilitem a manutenção do actual peso relativo da agro-pecuária na constituição do produto interno bruto regional, sem, contudo perder de vista outras medidas importantes.

(À partes inaudíveis do Secretário Regional da Administração Interna)

O Orador: Oh! Sr. Secretário Regional, o Sr. tem oportunidade, e até seria elegante da sua parte, se quando eu terminasse a minha intervenção, pusesse todos esses problemas. Porque apesar de tudo, apesar de estarmos numa interpelação ao Governo, e apesar de V. Ex^a estar constantemente a interromper todos os Deputados e eu próprio, o Sr. tem todas as oportunidades porque o Governo terá tempo suficiente. Portanto, em vez de interromper desalegramente os Deputados - como tem feito durante toda esta Sessão - seria preferível que esperasse pela sua oportunidade.

Secretário Regional da Administração

Interna (Costa Neves): Quem é o proprietário da terra?

O Orador: Oh! Sr. Secretário, eu neste momento estou a fazer uma interpelação ao esse mau Governo que é inoperante.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): O Sr. não está a apresentar justificações!

O Orador: Esse Governo que devia ter a ombridade de responder coerentemente pela política que não fez, em vez disso, o Sr. Secretário quer entrar em debate político. Se é assim, vamos à televisão, vamos à rádio, fazer o debate político de ideias e nós PCP, estamos dispostos a fazê-lo. Agora aqui e agora, nós vamos continuar a fazer a interpelação.

De acordo com esta orientação geral defendemos com toda a clareza ser necessário:...

(À partes inaudíveis do Secretário Regional da Administração Interna).

O Orador: Eu agradecia que o Sr. Presidente descontasse o tempo utilizado pelo Sr. Secretário na interrupção que tem feito.

Presidente: Evidentemente que descontarei. Mas não posso deixar de chamar a atenção do Sr. Deputado para o facto de que o Sr. Deputado também infringiu o Regimento, ao estabelecer diálogo com o Sr. Secretário.

O Orador: ...* Aumentar a produção leiteira, quer através do aumento da produtividade média, quer através da optimização da relação efectivo-área disponível.

* Melhorar as condições de produção de carne e de abate e transformação na Região.

* Incentivar coerentemente as culturas de utilização industrial.

* Incentivar, como complementos da actividade agrícola, as diversificações culturais que contribuam para o abastecimento do mercado interno ou as que possam dispôr de mercados externos com condições economicamente rentáveis.

* Aprofundar as condições para a formação de técnicos e para a realização de programas técnico científicos de apoio à agro-pecuária.

* Criar condições para a formação profissional neste sector estimulando a participação dos jovens.

* Estabelecer um quadro legislativo específico que proteja, apoie e incentive, designadamente as explorações e empresas familiares e as cooperativas.

Para além destas orientações directas

convém referir que o PCP/Açores, defende no plano industrial a necessidade de uma permanente actualização da indústria de lacticínios, por forma a que ela seja progressivamente vocacionada para a produção de produtos de qualidade susceptíveis de conquistar mercados com maior facilidade e segurança económica.

Ao enunciarmos estas orientações clarificamos as opções que defendemos para a nossa agricultura, mas sabemos quão complexo é desenvolver coerentemente essas direcções de trabalho.

Desde logo existem as sérias condicionantes que resultam da nossa natureza insular e distante.

De seguida surgem as limitações que derivam do vício estabelecido pelo actual poder de imprimir um grande dirigismo oficioso mas à margem de uma planificação séria.

Na sequência das limitações referidas estão demasiado vivas nas orientações da nossa economia agrícola as fraquezas que resultam ou de certas aventuras políticas recentes que retiraram à Região poder negocial com o Estado ou de certos procedimentos eleitoralistas que nada contribuíram para a justa equação e adequado andamento dos problemas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo

É frequente ouvir-se nos dias de hoje que a lavoura regional está em crise.

O PCP/Açores defende desde há muito que há de facto uma crise de perspectivas, ou seja, que se desenha um futuro muito mais negro que o presente e, muito mais difícil, que o passado recente.

Esta nossa opinião não resulta de qualquer visão fatalista ou miserabilista da nossa economia e da nossa sociedade.

Resulta antes do esforço que fazemos para ter uma leitura actualizada das realidades e dos fenómenos económicos.

Como atrás foi dito defendemos firmemente a agro-pecuária como espinha dorsal das nossas actividades económicas para o futuro mas fazemos essa defesa sabendo que, com os quadros envolventes actuais, com as exigências que a produção hoje levanta, perdemos definitivamente a possibilidade de produzir com qualidades similares e a preços mais baixos do que nessa Europa de que somos parte distante rodeada de mar.

Para produzir bem, para atingir as produtividades exigíveis, para melhorarmos muito a qualidade dos produtos, necessitamos

hoje de factores de produção muito variados que têm que ser, na sua maior parte, para cá transportados.

Para colocarmos noutros mercados os nossos produtos, precisamos de utilizar, noutro sentido, o transporte.

Por outro lado, a agro-pecuária regional depende em demasia de uma indústria muito marcada pelo peso económico de industriais estranhos a qualquer vontade sólida de contribuir para o progresso da Região.

Tudo isto são condicionantes demasiado sérias para serem ignoradas, demasiado profundas para serem tratadas como questões conjunturais, demasiado dramáticas para estarem ausentes das preocupações manifestadas por quem governa.

Governar é, na nossa visão, estabelecer orientações que permitam ultrapassar os problemas, evitar os problemas e anular as causas dos problemas.

Sabemos que muitas das questões aqui mencionadas brevemente dependem só da Região, nem só do Governo.

Dependem da CEE e da sua eventual vontade em considerar as regiões atlânticas portuguesas como parte da Comunidade.

Dependem do Estado Português e da sua capacidade em respirar a Autonomia e os direitos legítimos destas nomias.

Dependem dos agentes económicos, designadamente da lavoura, da indústria e das redes de comercialização e da capacidade que tenham ou não em perceber que a actividade económica depende do respeito por um conjunto de regras que não podem ter a ver com os imediatismos destruidores daqueles que querem ganhar tudo de uma penada.

Dependem daqueles que fazem as regras, que executam e zelam pela sua execução e que não podem nem fazer más regras, nem fazê-las boas para depois serem sempre e sempre mal executadas.

Aqui na Região que tem que fazer as regras deste nosso jogo que é a sobrevivência desta economia, é esta Assembleia.

Quem tem que promover a sua execução é o Governo Regional.

Quer um quer outro destes Órgãos tem que perceber, de uma vez por todas, que o enquadramento a fazer tem que ser rigoroso, sem cedências ditas "de política", e que a sua execução tem que ser toda ela rigorosa, sem mistificações também ditas "de política".

Por exemplo não podem ser aprovados aqui programas do Plano quando a entidade proponente já sabe que não os vai executar

ou porque não tem verba ou porque tem outras prioridades.

Também, por exemplo, não podem ser atribuídos subsídios quando se sabe que não se vai verificar correctamente a sua boa utilização.

Também como exemplo e finalmente, o diálogo entre o Governo e a lavoura deve ser amplo, aberto e produtivo e não pode nunca ser condicionado por factores estranhos à própria lavoura e aos seus legítimos interesses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PCP/Açores defende que a agricultura regional deve, no plano estrutural, assentar na existência de empresas e explorações agrícolas familiares, aproveitando-se uma significativa e tradicional experiência regional, modernizando essas explorações mas pondo de parte tendências mecanicistas para importar modelos empresariais de outros sítios que tendem a anular o nosso direito de produzirmos de acordo com as características geográficas, sociais, económicas e históricas de cada uma destas nove ilhas.

Ao sector cooperativo agro-pecuário tem que ser dada outra atenção, porventura mais convicta e mais profunda.

Não podemos nem cair nem deixar cair nas fáceis tentações de apenas sermos regionalistas no que respeita à capacidade de mandar. O nosso regionalismo, para ser sério e ter a dimensão que necessita exige, antes, que o poder seja exercido sempre e sempre com um profundo respeito pelas características da Região.

O PCP/Açores, sendo embora um pequeno partido nesta Região, procura empenhadamente, contribuir para que a política regional tenha essa dimensão própria, específica e autêntica que deve de facto ter.

No sector agrícola e agro-pecuário temos assistido com este Governo a muitas orientações superficiais, às vezes entusiasticamente defendidas, para depois serem rapidamente esquecidas.

Temos assistido a sérias omissões muitas das quais ao longo desta legislatura temos aqui mencionado.

Temos assistido a muita improvisação que, obviamente, não traz frutos.

Temos assistido, numa palavra, a políticas insuficientes, a diálogos demasiado improdutivo, a adiamentos sucessivos de decisões urgentes e necessárias.

Na nossa visão não está em causa a administração, os seus serviços, os seus

quadros e o seu esforço.

O que aqui tem que ser e é por nós posto em causa são muitas das orientações políticas que este Governo estabelece.

(Àpartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não fora o perigo de carácter técnico-económico de que conclusões fáceis se poderiam tirar da sua intervenção, eu até não estaria aqui a fazer um esclarecimento. Mas a sua intervenção toca pontos de fundo, mas toca-os de forma - quanto a mim - profundamente errada.

O Sr. Deputado defende que a agro-pecuária deve ser a actividade principal. Estamos de acordo. Mas depois diz que devemos manter o actual peso relativo da agro-pecuária no contexto da economia nacional; devemos aumentar a produção de leite e aumentar a produção de carne, no sentido do abate. Mas depois diz: "... mantendo o tecido, em empresa familiar".

Como é que isto se conjuga ?!

O que é para si a empresa familiar?

São dez vacas? Ou são 30?

Porque não é possível, técnica e economicamente, aumentar as produções à custa do que se produz cá, que é a pastagem, para obter mais leite, mais carne e para ter o abate cá, mantendo uma empresa familiar, no contexto que o Sr. Deputado quer manter do pequeno produtor, sem que nada se mexa. Ou seja, uma agricultura de cariz social e não de cariz competitivo.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Há muita confusão na sua intervenção. E, daí, poder-se-ia tirar conclusões totalmente erradas.

Isto é incompatível, aliás como é incompatível a política agrícola do Partido Comunista Português ou de qualquer parte do Mundo.

Veja-se, por exemplo, as reformas agrárias.

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo).

O Orador: A sua intervenção está muito bem escrita. É até habilidosa. Foi feita com prudência, mas tem concepções, profundamente erradas, que têm que ser denunciadas nesta Casa.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, vem aqui pôr em causa a evolução da empresa agrícola familiar, em termos modernos, em termos operativos, em termos de produtividade. Eu gostaria de dizer ao Sr. Secretário Regional que existem, felizmente, por este Mundo fora, vastos exemplos onde a empresa familiar é capaz de ser uma empresa que produz, que evolui...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas: Qual é a missão dela?

O Orador: ...capaz de estar integrada na própria Comunidade Europeia. E em muitos países da própria Comunidade Económica Europeia, nós temos empresas familiares e temos países onde predomina a empresa familiar, a qual é capaz de concorrer no mercado.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas: Qual é a missão dela?

O Orador: É capaz de produzir e bem. Mas as condições que nós temos...

(À parte inaudível do Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

O Orador: Sr. Secretário eu não vou responder-lhe directamente.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas: O Sr. não sabe!

O Orador: Sei, sei. Mas quem está aqui a perguntar, somos nós. Eu vou perguntar-lhe outras coisas, Sr. Secretário. Por exemplo, como é que a empresa familiar pode efectivamente, ser operacional e ser produtiva, quando este Governo Regional promete "mundos e fundos", promete que vai construir fábricas, promete que vai pô-las a funcionar e não o faz?

Como é que as empresas familiares podem colocar os seus produtos, em condições de competição, em condições de boa qualidade, quando este Governo Regionale o Sr. Secretário confessou isso ontem perante a Câmara- não tem uma rede regional de abate, em condições adequadas, no sentido dos produtos não terem depois a sua subsequente transformação. Aqui, Sr. Secretário, é que esse Governo Regional falhou. E falhou em termos de política do Governo Regional. Foram as estruturas que esse Governo Regional devia ter criado e não criou.

Presidente: Voltamos às nossas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo.

Deputado Paulo Araújo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é novidade que os transportes têm alta relevância para uma região como a nossa, dispersa por nove ilhas, numa descontinuidade territorial que os factores climáticos, em especial durante certas alturas do ano, se encarregam de acentuar.

A importância do sector dos transportes tem, aliás, sido reconhecida pelos vários executivos regionais que, nos seus programas de governo e nos vários planos anuais e plurianuais, sempre consideraram tal facto. Porém, e mau grado esse reconhecimento, à consciência da importância dos transportes, nem sempre tem correspondido o esforço necessário para o ordenamento do sector e para a melhoria dos circuitos existentes.

E impõe-se, aqui, referir que os circuitos existentes, pelas suas características, não são, de maneira alguma, instrumentos capazes de servir o desenvolvimento regional. Eles assumem-se, antes, como factores redutores, de entre outras actividades, das trocas comerciais em geral (interilhas e da Região com o exterior), do crescimento do turismo e do trânsito de pessoas.

Na verdade, a oferta que se verifica na Região, em termos de transportes, para além de limitada, revela insuficiências gritantes e possui custos muito elevados, que têm vindo a contribuir para o agravamento das assimetrias regionais existentes.

Voltemos, porém, um pouco atrás.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante a discussão do Programa do IV Governo Regional, o titular da pasta da economia- então o Dr. Álvaro Dâmaso- assumiu nesta Assembleia, em 14 de Dezembro de 1988, que um dos objectivos da Secretaria Regional de Economia, seria "definir e concretizar uma política de transportes que, com racionalidade e eficiência, melhore a acessibilidade no interior da Região, e entre esta e o exterior". Precisando esse objectivo, o então Secretário Regional da Economia afirmaria que a prioridade, no sector dos transportes, seria a favor dos transportes marítimos e aéreos.

No caso dos transportes marítimos atender-se-ia, segundo aquele governante, ao "novo quadro criado pelo aparecimento de novas empresas", e dois objectivos grandes da sua Secretaria eram a "revisão profunda da estrutura das tarifas dos transportes marítimos de e para a Região" e "o apoio às empresas de transportes marítimos inter-

-ilhas".

Hoje, quase três anos volvidos, é legítimo perguntar-se: o que foi feito? Em que medida se atingiram, se é que se atingiram, as metas propostas? Equacionou-se a problemática do transporte marítimo interilhas e do arquipélago para o exterior? Existiram, alguma vez, acções no sentido de, como fora assumido, rever a estrutura das tarifas dos transportes marítimos? Não! A resposta é, invariavelmente, não.

Deputado António Silveira: Essa é a sua resposta.

O Orador: Não é a minha! É a real. Pergunte lá fora que depois já lhe dizem.

As populações das diversas ilhas continuam a suportar custos de tarifa diversos nas mercadorias importadas do exterior, numa clara confirmação da existência da insularidade dentro da insularidade. Em boa verdade, os frutos do reconhecimento que os governos da República e que as instâncias comunitárias têm assumido perante a realidade regional, têm produzido efeitos diversos em S. Miguel e nas Flores, na Terceira e no Corvo. Basta comparar, entre si, o custo de vida nas várias parcelas da Região, para se ter a medida exacta das realidades.

Lógico é, portanto, concluir que este Governo, à semelhança dos anteriores, ao invés de corrigir as desigualdades existentes no plano regional, abdicou- ou não foi capaz!- de dotar a Região de uma rede de transportes capaz de as atenuar. Porque não implementar um esquema de transporte marítimo de mercadorias que assuma as várias ilhas da Região como destino único, após acordar um sistema de suporte de eventuais défices com as empresas que prestam esses serviços? Será que uma medida deste teor não contribuiria para a fixação das populações nas ilhas mais periféricas do arquipélago? Ou os açorianos da Graciosa, das Flores ou de Santa Maria têm, necessariamente, de ser diferentes dos de S. Miguel e dos da Terceira?

O ensaio de uma atitude deste género enquadrar-se-ia, aliás, no espírito que está subjacente ao expresso no Plano a Médio Prazo 89/92, que preconizava uma intervenção mais activa no sector, pelo desenvolvimento de acções que visassem, em última instância, "baixar fretes e tarifas, através de um maior controlo de custos".

Pessoalmente, estou convicto de que o Governo Regional falhou, rotundamente, na abordagem das questões relacionadas com os transportes, de um modo geral.

Ainda em relação ao transporte marítimo, o executivo regional vem assumindo a necessidade de fomentar um serviço regular de passageiros, como está expresso no Anexo ao Plano para 1989, "através de incentivos ao investimento em meios de transporte adequados ao tráfego interilhas". Tal intenção era, aliás, concordante com o que consta do Plano a Médio Prazo 89/92 onde, na sua página 36, a propósito do tráfego de passageiros com o exterior se fazer exclusivamente por via aérea, sendo tal também predominante no espaço regional, se refere que esse facto "constitui um importante constrangimento à mobilidade social, com inevitáveis reflexos negativos no aspecto cultural e no domínio do turismo, dada a inexistência das alternativas mais económicas que se conhecem das plataformas continentais".

Nesta área, e para além de se ter apoiado a "Transmaçor", eventualmente melhorando o tráfego interno em parte do grupo central, que mais se fez? Uma vez mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a prestação do executivo foi altamente pobre. Neste particular, e para além do pouco atrás referido, nada foi feito!

Resta perguntar: Até ao fim do seu mandato, o que irá o Governo Regional fazer, nesta matéria?

Vozes do PSD: Nada!
(Risos do PSD).

O Orador: Possivelmente, nada! Mas o tempo o dirá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volto a referir-me à discussão do Programa do IV Governo Regional, na medida em que considero tal documento como fundamental para a orientação da acção governativa na Região, para o que, aliás, foi sancionado por esta Câmara, com a concordância exclusiva da maioria parlamentar então existente.

O Secretário Regional da Economia de então, o Dr. Alvaro Dâmaso, na altura do debate que se gerou acerca do citado documento, afirmou, a propósito dos transportes aéreos, que seria levada em linha de conta "a problemática das ligações de, para e entre as Regiões Autónomas, no quadro da solidariedade nacional", acrescentando também que estava já assegurada a participação da Região na "definição da política aérea nacional".

Por aquela altura, duvidava-se dessa garantia. Agora constata-se que ela não

terá existido, pelo menos formalmente, ou, tendo existido, foi esquecida.

Do desenrolar dos acontecimentos nesta matéria, ressalta desde logo o facto de não ter existido, especialmente nos últimos tempos, capacidade para poder impôr as pretensões da Região em matéria de transportes aéreos para o exterior do espaço regional. Mas, talvez mais grave do que isso, é o facto de o executivo regional, ultimamente, parecer ter abdicado de tais propósitos, assumindo, uma postura mais passiva do que nunca.

Razões? Quem sabe?

Mas, a esta realidade não será, certamente, estranho o mau relacionamento que vem grassando entre o Prof. Cavaco Silva e o Dr. Mota Amaral, o qual não se tem conseguido disfarçar com as operações de cosmética já ensaiadas, e não será, de certo ocultado pelas que se preparam para o futuro próximo, pré-eleitoral.

Deputado Carlos César: Vou pedir ajuda ao Cavaco.

O Orador: De igual modo, a ausência de uma política nacional de transportes, que o Governo do PSD, de forma absolutamente dramática, não consegue definir, também é, obviamente, responsável pela panorama negro que caracteriza o sector dos transportes na Região.

Aliás, a este propósito, não posso deixar de fazer referência a uma afirmação do Dr. Álvaro Dâmaso, a quando da discussão do Programa deste Governo. Dizia ele: "Iremos defender a elaboração de uma carta de transportes aéreos e marítimos que identifique e quantifique o problema dos transportes nas regiões insulares, quanto a tarifas, capacidade e frequência para efeitos de aplicação dos princípios da coesão económica e social prevista no "Acto Único". Bonita intenção, sem dúvida. Porém, como se pode insistir na elaboração de uma carta global de transportes quando nem a nível nacional nem a nível regional se definiu, clara e objectivamente, uma política de transportes?

Por outro lado, também no plano interno a situação do transporte aéreo não é a melhor. Muito pelo contrário.

Para além de pistas com penalizações, por limitações que são fruto de localizações discutíveis, e para além das tão controversas condições de operação da frota actual da transportadora aérea regional, que o dia-a-dia vai ajudando a esclarecer (para desassossego de muitos, diga-se!), também a situação financeira daquela empresa

merece alguma reflexão.

Na verdade, apesar de terem sido ensaiados novos percursos, supostamente mais favoráveis à exploração, de ter sido adquirido equipamento de voo com custos de exploração que se anunciam inferiores ao anterior em cerca de 30%, de não se terem verificado diferenças significativas no custo dos combustíveis, e de se terem actualizado, num passado recente, por duas vezes, num curto espaço de tempo, as tarifas a cobrar aos passageiros, tanto quanto se sabe, pelos últimos números disponíveis, o montante das indemnizações compensatórias à SATA-EP tem vindo a aumentar.

Mistério!

Já aqui, uma vez, lancei o repto ao Sr. Secretário Regional da Economia, no sentido desta Assembleia ser claramente informada acerca dos custos reais de cada percurso; na realidade, só conhecendo esses valores se poderá, capazmente, avaliar se as indemnizações compensatórias que se vêm atribuindo à SATA-EP são ajustadas ao serviço público que a transportadora regional presta ou se, ao contrário, se conformam como um mero subsídio, aplicado para cobrir uma gestão pouco criteriosa e aventureira, que muitos adivinham existir naquela empresa pública.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E creia, Sr. Secretário Regional da Economia, que, se volto a insistir no apuramento desses valores, é por entender que desse exercício de análise se poderão retirar conclusões que, no fundo, haverão de ser contributo importante para a avaliação global da situação dos transportes aéreos na Região.

Desejo, e espero, que a administração da transportadora aérea regional esteja em condições de fornecer os elementos necessários ao apuramento dos valores referidos, assim como desejo, e espero, que a Secretaria Regional da Economia exerça a sua tutela, se necessário com a firmeza adequada, a fim de se atingir o desiderato atrás mencionado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A importância que os sucessivos executivos têm reconhecido ao sector dos transportes, já nós conhecemos. As intenções que, nesta matéria, têm expressado, nomeadamente por altura das discussões dos vários planos, já nós conhecemos. Do mesmo modo já conhecemos a sua ineficaz acção prática.

Porque, passada que foi, no essencial,

a fase das infra-estruturas, impunha-se o empreendimento de outras iniciativas, essas sim bem mais difíceis de gizar, implementar e tornar consequentes, em ordem ao efectivo estabelecimento de uma política integrada de transportes para a Região que, na realidade, os diversos governos, e o PSD, por falta de imaginação, de soluções e de capacidade de diálogo e liderança, nunca foram capazes de definir, de forma clara e objectiva.

No sector dos transportes, não foi ainda este Governo que se revelou capaz de vencer o desafio da modernidade e do progresso.

Nem tal facto nos pode surpreender.

Afinal, este Governo que se anunciava "de combate"- e que no dizer do Senhor Deputado Victor Evaristo, na sua busca de uma graça nem sempre conseguida, também podia contar com "deputados de combate!"- tem vindo a perder sucessivas batalhas. E vai, certamente, porque a "lógica não é uma batata"- perdoem-me a vulgaridade - perder, brevemente, a guerra.

Tenho dito.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos da bancada do PS).*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Humberto Melo): As especificidades inerentes à condição arquipelágica dos Açores fundamentam o reconhecimento da relevância detida pelo sector dos transportes. Trata-se, com efeito, de um sector estratégico, pela importância que assume em termos de investimentos envolvidos, incidências regionais e efeitos induzidos noutros ramos de actividade.

Não é possível a população dos Açores atingir padrões de qualidade de vida aceitáveis no domínio da cultura, da educação, da saúde e da economia sem o acesso a agregados ou centros populacionais mais desenvolvidos: dos Açores para o exterior, das ilhas mais pequenas para as de maior dimensão. A nossa condição insular, a ultra-periferia, pesa na nossa economia: são as populações que adquirem produtos mais caros e pagam mais pelo acesso aos grandes centros urbanos; são as empresas que suportam maiores custos de armazenagem e que adquirem matérias primas e bens mais onerados.

Por isso, o Governo tem traçado uma política realista e de desenvolvimento dos transportes - canalizando para o efeito vultuosos meios financeiros - e que, hoje

ninguém ousa contestar as relevantes e significativas melhorias introduzidas em todo o sector e que muito contribuam para a dinamização das potencialidades da Região, abrindo novos horizontes ao seu progresso socio-económico.

No plano a Médio Prazo 1989-1992, os "Transportes e Comunicações" abrangem uma dotação de 39 milhões de contos, correspondente a cerca de 23% do investimento total do PMP. Por outro lado no Plano para 1991 o sector em causa envolve uma verba de 8,8 milhões de contos representando 27% dos investimentos a realizar no ano em curso e a cerca de 41% do montante atribuído aos Sectores Económicos.

No âmbito do transporte marítimo e em termos globais podemos afirmar que nos encontramos numa posição substancialmente diversa da registada há meia dúzia de anos ou até nem tanto.

No que concerne a infraestruturas portuárias, a Região dispõe presentemente, de portos acostáveis em todas as ilhas, à excepção das do grupo ocidental, estando a decorrer as obras de conclusão do porto das Flores. Nos projectos implementados na generalidade dos portos da Região dispenderam-se verbas da ordem dos 8,8 milhões de contos. Estes investimentos em infraestruturas portuárias proporcionaram um impacto relevante na exploração do serviço, verificando-se a contentorização quase total do tráfego.

Tal situação, em conjunto com o desvio do transporte de graneis (ou equivalentes) para navios especializados, representou uma alteração profunda do sistema, tornando-se exequível a baldiação de cargas (contentores), a qual acarretaria, a fazer-se como carga convencional, custos elevadíssimos, quer de manuseamento quer em avarias nas cargas.

Foi assim possível implantar um sistema de placa com distribuição "local" para cargas trocadas entre ilhas de menor geração de cargas e/ou dotadas de portos com condições de operacionalidade mais difíceis.

Importa ainda acrescentar que os investimentos efectuados no aparelho portuário não se circunscreveram à realização de obras de protecção e acostagem; abrangendo igualmente a componente mecânica dessas infraestruturas (meios de movimentação vertical e horizontal de carga) que, em geral, é moderna, eficiente e relativamente adaptada à apresentação física das mercadorias ao transporte.

Apesar da situação descrita, o Governo

tem ainda previstos investimentos da ordem dos 13,9 milhões de contos que irão beneficiar todas as infraestruturas portuárias da Região.

Ainda na área infraestrutural, um dos aspectos que merece atenção especial por parte das autoridades governamentais é o organizacional. Nesta fase já estão estabelecidos contactos com agentes económicos e associações representativas com o objectivo de se introduzirem mais adaptações e/ou reformulações no aparelho e na gestão portuária visando melhorar a sua eficácia, produtividade e possibilitar a participação da iniciativa privada nesse trabalho de modernização.

No que concerne à operação marítima propriamente dita, dispõe-se hoje de meios de navegação modernos, eficientes e fiáveis e o próprio sistema oferece melhor serviço e é mais agressivo.

Os constrangimentos à organização do tráfego são mais de índole económica, devido à dimensão da procura, do que operacional, sendo lícito afirmar que actualmente o tráfego inter-ilhas está entrosado com o tráfego regular Continente-Açores-Continente.

Se a este fenómeno de separação dos tráfegos, por razões de racionalidade económica, se associar a distribuição inter-ilhas de combustíveis que há alguns anos é feita por um petroleiro afecto e o pequeno tráfego de cabotagem desenvolvido por empresas locais, temos razões para acreditar no relançamento dos transportes marítimos regionais e na sua imprescindível contribuição para a criação do mercado interno regional, potenciando novas oportunidades de negócio, o fomento das trocas e complementaridade de actividades.

Há ainda que fazer uma referência ao tráfego de passageiros. Actualmente, encontra-se praticamente limitado ao grupo central do arquipélago, sob a responsabilidade da Transmaçor.

Também de experiências passadas - e importa recolher os seus ensinamentos - sabemos que a nossa procura potencial não rentabiliza navios exclusivamente dedicados a passageiros. Porque todos estamos de acordo que é necessário minimizar os riscos, então para já, parece mais razoável e seguro, a opção de navios mistos, cuja exploração será rentabilizada pela carga, efectuando o transporte de passageiros a custos marginais.

Entendemos que é tarefa primordial prosseguir com os esforços de racionalização e melhoria de eficácia dos transportes

marítimos na Região e, deste modo, a adequação do serviço de transportes ao estabelecimento de um verdadeiro mercado interno regional. Por isso acompanhamos com empenho e o maior cuidado a evolução do mercado do transporte marítimo, pois todo ele é de grande complexidade e fundamental numa região insular e dispersa como os Açores e envolve por vezes, uma tão vasta diversidade de interesses que nem sempre são compatíveis.

Actualmente, encontra-se em apreciação no âmbito do Conselho Regional de Transportes, um estudo sobre esta problemática. Mas, entende o Governo que é aos agentes económicos que deve pertencer a iniciativa.

Propomo-nos continuar a apoiar a iniciativa privada e os parceiros sociais na busca de soluções para os problemas que nos são colocados pela nossa condição arquipelágica e que garantam o desenvolvimento contínuo e integral e o bem estar do Povo Açoriano.

Ainda recentemente, e contrariando o liberalismo norteador das Comunidades Europeias, mereceu aprovação comunitária a criação de um Fundo Regional de Transporte como instrumento de intervenção administrativa no sector.

A par da modernização das infraestruturas portuárias, foram efectuadas obras de construção e melhoramento em diversos aeroportos da Região, sendo de salientar, em 1988 a conclusão dos trabalhos relativos ao prolongamento da pista do aeroporto de Ponta Delgada que, conjuntamente com as obras efectuadas na sua área envolvente, representou um investimento de 3,7 milhões de contos.

No momento actual, todas as ilhas já dispõem de aeroporto/aeródromo.

Com o intuito de melhorar a operacionalidade e a segurança, está ainda previsto gastar-se cerca de 1 milhão de contos nos aeroportos do Pico, S. Jorge, Graciosa e Ponta Delgada. Este esforço de investimento aliado à estratégia de transporte aéreo adoptada pela SATA, são hoje unanimemente reconhecidos de demasiado importantes para os Açores, tendo contribuído significativamente, para uma maior mobilidade social, com inegáveis reflexos no domínio da economia, do turismo e no aspecto cultural.

Apenas um dado entre 1988 e 1990, o tráfego de passageiros transportados pela SATA aumentou 8%, ou seja, aproximadamente, cerca de 40.000 passageiros.

A recente renovação da frota da SATA, concluída já no início deste ano, veio possibi-

litar um aumento da capacidade oferecida, face ao acréscimo generalizado do tráfego gerado em todas as ilhas e dotar a empresa com equipamento moderno e compatível com os parâmetros em que a companhia opera: qualidade do serviço oferecido, segurança e economicidade de meios.

Há também que referir a intervenção da SATA em operações externas, recorrendo para o efeito, à cooperação com outras empresas e ao aluguer de equipamento. Foi lançado em 1990 um programa de voos entre os Açores e o Canadá e os Estados Unidos da América.

Embora em termos da empresa, tal operação tenha sido deficitária, por razões que se prendem sobretudo com a natureza e características de operação, ela foi sem dúvida importante, quer em termos sócio-culturais para as nossas comunidades emigrantes quer em termos dos efeitos induzidos na economia açoriana (comércio e turismo). Em 1990 foram transportados 27.000 passageiros!

No que concerne às ligações com Lisboa, entendidas como regulares, continuam as negociações com a transportadora aérea nacional que, até à presente data, não nos têm sido favoráveis. Esperamos que no novo quadro institucional resultante da política comunitária para o transporte aéreo, nos seja facultado um direito que, em nosso entender, nos pertence por direito próprio e que poderá constituir um passo fundamental para a abertura de outros horizontes à SATA e aos Açores.

Estamos a desenvolver os trabalhos inerentes à reformulação do actual sistema de indemnizações compensatórias à exploração da SATA, substituindo-o pela compensação directa face ao passageiro transportado.

Finalmente, no âmbito do transporte terrestre, temos vindo a implementar um diversificado programa de acções que vão desde, a criação de parques de estacionamento e abrigos para passageiros - desenvolvidas em cooperação com as autarquias locais - até ao apoio ao reequipamento e modernização das empresas transportadoras sem esquecer o vasto programa de construção, reparação e correcção de estradas e rede viária.

De 1988 até 1990, dispenderam-se 416 mil contos em incentivos à modernização de frota de passageiros das empresas de viação e que hoje apresenta parâmetros inegáveis de segurança e qualidade.

No âmbito da prevenção rodoviária temos vindo, progressivamente a desenvolver

e a apoiar medidas e acções de sensibilização e divulgação da temática, recorrendo-se à colaboração imprescindível das autarquias, dos próprios operadores e das autoridades policiais.

Actualmente, decorrem contactos junto das empresas seguradoras com vista a estabelecerem-se campanhas nesse domínio, com os consequentes benefícios para a vida humana e para os próprios custos das entidades seguradoras com o seguro automóvel.

No domínio dos transportes e em todos os outros é hoje demais evidente e unanimemente reconhecido o enorme avanço que conseguimos em tão curto espaço de tempo. A Autonomia tem pouco mais de uma década!

É nesse caminho de progresso e desenvolvimento que queremos continuar com firmeza e realismo.

Muito há a fazer. A construção do futuro nunca é tarefa acabada. Disso estamos seguros. Esta é a nossa aposta! É esta a aposta do Povo dos Açores. Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Esforcei-me por ouvir a sua intervenção. Talvez por causa das condições acústicas da sala e da sonoridade do seu discurso, foi muito difícil acompanhar a sua intervenção.

Vou directamente para uma questão particular, porque preocupa-nos a todos, certamente, a questão dos transportes. E o transporte aéreo de passageiros é - como todos sabem - uma área de particular dificuldade de resolução por parte deste Governo Regional que não conseguiu, no plano nacional, entendimentos políticos que conduzissem à solução possível e adequada ao desenvolvimento regional, junto do Governo da República e junto da TAP e, por isso, somos mal servidos. Mas no plano regional e na dependência deste Governo, existindo uma empresa pública regional - chamada SATAEP - nós vemos que o problema não está resolvido de forma satisfatória. E não está, e estranhámos que quando se ataca somente a TAP - e estamos de acordo em reconhecer que a TAP presta um mau serviço aos Açores e aos açorianos - não haja o cuidado de, perante a opinião pública, criar a mesma demonstração perante as câmaras de televisão, por exemplo,

de que a SATA serve tão mal ou pior, muitas das ilhas dos Açores, do que a própria TAP.

E temos a televisão a fazer reportagens numa forma aleatória e perfeitamente orientada, para divergir a opinião pública dum problema essencial regional, fazendo perguntas através dum telefone, para saber se há reservas para o cidadão A, B ou C, num determinado dia, que até é um dia de grande movimento na Região, porque coincide com várias festas regionais... mas eu não quero ilibar a TAP dum mau serviço, no entanto não vejo a televisão ou o Governo demonstrar que todos os dias nesta Região, há dificuldade em arranjar transporte aéreo para passageiros, dentro da Região.

Vou dar-vos um exemplo que me chegou agora às mãos. Os cidadãos Carlos César e Martins Goulart, desejavam fazer visitas às Flores. Tentaram ir no dia 18 para estarem presentes na festa do Emigrante. Impossível!

Quatro dias antes, 10 dias depois... não interessa sequer precisar. Não chegamos lá de forma alguma. Tentámos, portanto um período onde o tráfego seria certamente, menor. E tentámos (e tenho aqui provas das reservas), ir no dia 26 e regressar no dia 30 de Julho. O que diz aqui na frente, no sítio da reserva é "Le, Le, Le, Le, Le". Eu suponho que isto quer dizer Lista de espera, Lista de espera...

Eu pergunto ao Sr. Secretário o que é que este Governo está a fazer para que a SATA-EP garanta um serviço público adequado ao desenvolvimento dos Açores?

Serviço esse que, neste momento, por ser tão mau, não só no transporte de passageiros mas também no transporte de carga, estrangula o desenvolvimento, estrangula e bloqueia o desenvolvimento turístico e não serve os açorianos, apesar dos vultuosos investimentos que o Governo Regional faz junto da SATA-EP.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar de também ter feito esforço para me aperceber de todo o conteúdo da intervenção do Sr. Secretário, tive algumas dificuldades. E há uma questão que eu quero pôr, muito embora não queira fazer fé nela, porque poderá ter sido má interpretação minha. Mas deu-me a impressão

que na sua intervenção o Sr. Secretário ter-se-ia referido à fase de condução do porto das Flores. Se assim foi, eu gostaria de fazer um reparo ao Sr. Secretário Regional. Ou seja, dá-me a impressão que, se a evolução normal da construção do porto das Flores tivesse decorrido, ele deveria estar efectivamente, na sua fase de conclusão. Mas a sua evolução de construção não foi normal e penso eu que não estamos - infelizmente para todos os florentinos - nessa fase, talvez até estejamos muito longe dela, de qualquer modo, gostaria que o Sr. Secretário Regional da Economia nos pudesse esclarecer sobre essa evolução da construção do porto e para quando se prevê a sua conclusão?

Um outro aspecto prendê-se também, com o problema de transportes, concretamente o transporte aéreo e ao modo como funciona a SATA. Correndo, embora, o risco de ter que ser um pouco mais longo, penso que tenho que fazer alguns considerandos sobre este assunto.

Na passada Quarta-feira, numa intervenção feita no Período de Antes da Ordem do Dia que concertiza o Sr. Secretário da Economia teve conhecimento, de acordo com aquilo que nos foi explicado pelo Sr. Secretário Regional da Administração Interna, ou seja, de que está presente nas sessões mais vezes do que qualquer outro membro do Governo, sendo uma das suas funções transmitir aos restantes membros do Executivo, o conteúdo das nossas intervenções. Mas, dizia eu, nessa minha intervenção pus em causa o modo como neste momento o Conselho de Administração da SATA está a actuar perante os passageiros das ilhas mais pequenas, que pretendem deslocar-se a Lisboa.

Posteriormente, o Sr. Deputado Renato Moura veio em defesa da Administração da SATA, dizer que talvez a culpa não fosse da SATA. Mas como neste momento eu considero que as culpas são da transportadora aérea regional, vou procurar explicar o melhor possível, o meu ponto de vista, para poder ouvir uma apreciação do Sr. Secretário Regional da Economia.

Assim, no Diário da República de 30 de Novembro de 1990, foi publicada a Portaria Nº 1170/B/90 que, de acordo com a epígrafe, altera as tarifas de transporte aéreo, entre o Continente e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. A Portaria fixa em 32.200 \$00 a ida e volta dum residente na Região Autónoma dos Açores.

No seu artigo 5º, diz o seguinte:

"Os passageiros, efectivamente residentes nas Ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, só podem utilizar a tarifa de residente nos voos directos de e para o Continente. Os passageiros com residência efectiva no Faial, e apenas nos dias em que não haja operação à partida, desta ilha para o Continente, é autorizado o seu encaminhamento via Ponta Delgada ou via Terceira, sem prejuízo do transporte para o Continente, dos passageiros que embarcam nas Ilhas de S. Miguel e Terceira". E finalmente, diz o seguinte:

"Os passageiros, efectivamente residentes em qualquer das restantes ilhas serão encaminhados, via Ponta Delgada, via Terceira ou via Horta, de acordo com os dias de operação daquelas ilhas, para o Continente, respeitando o menor circuito entre ilhas". E estamos de acordo a este respeito, logo que haja disponibilidade de voo, deste menor circuito. No entanto, acontece que ontem mesmo, fizemos reserva para duas pessoas a fim de se deslocarem da Ilha das Flores a Lisboa, e regressarem respectivamente, nos dias 8 e 19 de Agosto. Como no dia 8 de Agosto apenas é possível sair das Flores via Terceira, e como era necessário estar-se na manhã seguinte em Lisboa, optámos por esse percurso que era o mais curto e de acordo com o consignado na última parte do artigo 5º desta Portaria. O regresso na Segunda-feira, teve que ser feito via Terceira, porque as Flores não tem qualquer outra ligação com a Região senão pela Terceira. Acontece que uma das passagens, comprámo-la numa agência de viagens e outra, comprámo-la na SATA. Na agência de viagens, custou-nos 32.200 \$00; na SATA a outra passagem com o mesmo percurso, o mesmo voo, custou 54.200 \$00. Chama à atenção, o funcionário da SATA, ao que se disse "-Desculpe, enganou-se!", o mesmo respondeu: "-Não, não me enganei. As instruções que eu tenho é para aplicar Flores - Terceira, Terceira - Lisboa, Terceira - residente, Terceira - Flores".

Insisti, dizendo que não era assim, mas foi-me respondido que aquelas eram as instruções dadas.

Efectivamente, perante isto, a única conclusão que há a tirar, é que o mal não está na legislação; o mal não está na TAP. O mal talvez esteja no artigo 2º desta Portaria, em que a SATA também é economicamente, co-responsável por estas passagens.

Ora, esta anomalia não é única em relação à minha ilha. Porque ainda este ano, há alguns meses, estando numa agência

da SATA noutra das ilhas pequenas que não a minha, verifiquei que se estava a cobrar dinheiro a mais a um passageiro, porque não se estava a respeitar o que aqui está consignado. Chamando a atenção do funcionário, e perguntando como qualquer utente normal, porque é que aquele passageiro teria que pagar o quantitativo para ir para aquela ilha, se não tinha nesse dia outra ligação, é-me dada a mesma resposta, ou seja, "...são as instruções que tenho".

Sr. Secretário Regional da Economia, a pergunta que eu lhe faço é a seguinte: - Compete ou não ao Governo Regional incentivar os seus esforços, no sentido de que a Portaria em causa, seja cumprida?

Tem ou não tem o Governo Regional, meios de pressionar a SATA, para que cumpra a legislação vigente?

Eram estas as questões que eu queria deixar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo, para pedidos de esclarecimento.

Deputado Paulo Araújo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Ouvi com a atenção que foi possível a sua intervenção, dadas as condições em que foi aqui proferida.

Gostaria de dizer que não vou comentar a sua intervenção. Aliás, nós viemos aqui fazer uma interpelação ao Governo, e eu esperava que, através da sua intervenção, o Sr. Secretário deixasse respostas em relação àquelas questões que foram aqui postas, por mim e por outros Srs. Deputados.

A sua intervenção teria algum cabimento no Período de Antes da Ordem do Dia se, eventualmente, fosse Deputado desta Assembleia e, aliás, não estou de acordo com o conteúdo dela. Mas não é isso que vem ao caso.

Nós viemos aqui para, de facto, interpelar o Governo sobre a política de transportes que foi sancionada aquando da discussão do programa deste Governo e que tem sido modelada, ao longo dos anos, nos vários planos anuais e plurianuais que têm sido aqui aprovados.

As questões que eu deixei, referem-se a objectivos que constavam do Plano e que não foram cumpridos. As respostas que eu esperava, eram em relação a essas coisas. Não contava, de facto, ouvir uma prelação tão genérica, como a que fez. Aliás, os dados que o Sr. Secretário referiu, são dados estatísticos que podem ser encontrados em qualquer das muitas publicações

oficiais que circulam pela Região. Isso não nos interessa. O que nos interessa são respostas, são soluções aos problemas que foram postos em relação às questões que, de facto, existem.

Devo dizer-lhe que a imagem que o Sr. Secretário aqui deixou - que eu considero que V. Ex^a. não é uma pessoa "talhada" para estas andanças, no sentido de que não tem talvez um à vontade muito grande no debate, tem alguma dificuldade naquilo que quer - é a imagem do Governo, é o espelho do Governo. Isto é, o Sr. Secretário não tem respostas, não tem soluções. Eu atrever-me-ia a fazer-lhe uma sugestão:

- Demita-se! E demita-se já, agora que o Sr. Presidente do Governo...

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

(Risos da bancada do PS)

O **Orador...** e demita-se, porque não conseguiu conduzir o Governo em várias áreas da governação, nomeadamente também, na dos transportes.

Presidente do Governo Regional: Demita-se o Sr. Deputado!

(Risos das bancadas PSD e Governo)

O **Orador:** Dê o lugar a outro, antes que seja tarde demais Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões apresentadas pelo Sr. Secretário Regional da Economia, se me permite, eu gostaria de pôr em relevo uma questão que me parece ser uma incoerência - permita-me o termo, Sr. Secretário - de metodologia nas questões que trouxe a esta Assembleia.

O Sr. Secretário abordou os transportes na perspectiva dos transportes marítimos e dos transportes aéreos. No que concerne aos transportes marítimos, o Sr. Secretário teceu várias considerações sobre os novos meios de transporte, em termos de operação dos portos, e sobre a eficácia desses meios que a partir de algum tempo a esta parte, operam nos portos dos Açores. E chamando a si algum crédito, pelo facto de, nesses domínios, se ter evoluído muito positivamente.

Por outro lado, quanto aos transportes

aéreos, paralelamente, o Sr. Secretário ignora nas suas palavras, a intervenção da transportadora aérea nacional - TAP - nos Açores. Parece-me um descuido grande, em termos metodológicos. Até porque, no caso dos transportes marítimos se tratam de operadoras privadas e eu não discuto que o Governo não se tenha empenhado como é sua obrigação, no sentido de que alterações qualitativas se dessem na operação marítima nos Açores, o facto é que são operadores privados que, neste momento, asseguram esse transporte.

No caso aéreo, trata-se duma empresa pública e, logo, aí sim, o Governo Regional terá maior capacidade de influência - ou deveria ter - relativamente ao operador nacional na área dos transportes aéreos. Portanto, o Sr. Secretário permita-me, parece-me grave! Parece-me um descuido, ter tido essa postura e essa metodologia. Mas pior: é que estamos num período do ano em que, por excelência, vem ao de cima e à opinião pública, os estrangulamentos que a Região sofre, por via do tipo de operação e do esquema que a transportadora aérea nacional introduz nos Açores. E aí também, o Sr. Secretário não teve a preocupação de trazer a esta Câmara, no seu pequeno discurso, alguma informação sobre este domínio. Quando nós todos os dias na comunicação social, assistimos à reacção intensa, nomeadamente dos operadores turísticos, sector eleito pelo Governo Regional como prioritário e que também neste domínio, possivelmente daqui a dias, será aqui justificado o não cumprimento dos objectivos e metas sectoriais, exactamente pelo facto da influência negativa dos transportes aéreos. E queria, neste contexto, pedir à Câmara que me ajudasse a reflectir sobre uma outra situação muito estranha, que a meu ver, rodeou todo o comportamento do Governo, face à interpelação que estamos aqui a fazer. É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, desta vez, ao cabo de 16 anos, Lisboa esteve fora das justificações que normalmente, são utilizadas pelo Governo Regional, face a muitos dos problemas e estrangulamentos da Região. O que podia dar a perceber ao observador menos atento, de que as relações e os interesses dos Açores, face aos centros de decisão sediados em Lisboa, são óptimos, não há problemas, de facto tudo se alterou. A nossa perspectiva é que não, na óptica de observadores. A nossa perspectiva é a de que não temos informação objectiva, de que os estrangulamentos regionais, quer no que concerne

aos transportes quer no que concerne à agricultura - e que dependem dos centros de decisão do Terreiro do Paço - tenham evoluído, qualitativamente, de forma diferente do que aconteceu até então, ao longo destes anos. Excepto o caso dos adubos que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas aqui esclareceu e que constata a má receptividade dos centros de decisão nacionais, face aos problemas regionais, na área dos transportes parece que abundam também e infelizmente, o Governo adoptou uma estratégia no sentido de não envolver Lisboa, neste momento, à reflexão da Assembleia. Claro que será natural, face à situação pré-eleitoral que vivemos, de resto, pelos vistos influenciou muito esta interpelação em vários domínios e julgo que a penalizou, quanto à profundidade que poderíamos ter obtido.

Portanto era este tipo de reparo que gostaria de pôr ao Sr. Secretário. Inclusivamente - e até para animar um pouco isto aqui - gostaria de perguntar ao Sr. Secretário da Economia, qual é a posição do Ministro da República, relativamente às diligências que já foram feitas entre o Governo Regional e Ministro da República, relativamente ao desbloqueamento dos estrangulamentos que a TAP nos presenteou neste Verão?

(À parte inaudível do Presidente do Governo Regional)

Presidente: Igualmente para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

De há tempos a esta parte, os responsáveis do PS, têm chamado a atenção desta Região para a realidade de ilha, no contexto da solidariedade e da unidade regional. Ilha que tem especificidades económicas, sociais e sociológicas próprias.

Na sequência da intervenção do meu camarada Paulo Araújo e da do Sr. Deputado Paulo Valadão, eu gostaria de perguntar, muito rapidamente, ao Sr. Secretário da Economia, em que base legal é que obrigam um cidadão do Pico, a ir para o Faial de lancha para ir para Lisboa na TAP? Porque a Portaria que aqui está, fala apenas de relações TAP-SATA. Quando houver um voo Pico-Faial, eu posso ir para o Faial para seguir para Lisboa. Mas não se pode obrigar um cidadão do Pico, a tomar uma lancha, tendo que pagar o frete, depois de taxi para o aeroporto, para ir para Lisboa.

Se a culpa é da TAP ou da SATA, a mim não me interessa. A culpa é de alguém. E essa responsabilidade tem que ser tomada. Porque, voltando atrás, à realidade de ilha, eu gostaria de dizer "em pézinhos de lã" que este Governo vai fazendo coisas interessantes.

Em relação aos doentes, a situação é a mesma. Não mudou. E mandamos as grávidas para o Faial, três semanas antes do parto, porque até será, tecnicamente melhor, receber 1.500\$00 por dia, para comer, dormir e ir ao hospital consultar o seu médico. Temos que pensar nisto. Eu costumo dizer "tão perto e tão longe"!

O milho que nós comemos no Pico, custa mais 5\$00/quilo, do que aquele que se come aqui. Isto tudo por 6 milhas de distância. Mais: outro dia morreu uma pessoa do Pico, aqui no Faial, que era uma pessoa plena de iniciativa, prestável até a uma homenagem. Era para se poder enterrar no Pico, mas para o fazer, são precisos 300 contos. Foi preciso que o Círculo de Amigos da Ilha do Pico se cotizasse para pagar a deslocação do cadáver para o Pico. Foi este Governo que fez a política de saúde. Não fomos nós. Por isso tem que assumir as consequências e as responsabilidades que daí resultam. Porque eu não posso obrigar uma pessoa que não gosta de passar o mar e que é doente, a atravessar o canal para ir para Lisboa.

E continuamos com o nosso aeroporto, altamente penalizado. Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Victor Evaristo, meu particular amigo, o seguinte: - Se no ano passado, a proposta que nós fizemos para alargamento da pista do Pico não era uma boa proposta - porque o Sr. Deputado disse ontem que se as propostas do PS fossem boas, eram aceites - eu pergunto-lhe então, o que é uma boa proposta?

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos da bancada do PS)*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tinha várias perguntas para fazer ao Sr. Secretário Regional da Economia. No entanto, o meu Grupo Parlamentar dispõe de pouco tempo. De modo que eu vou só dizer-lhe que tenho um grande apreço e admiração por V. Ex^a. Tenho uma grande admiração pela rapidez das suas intervenções e também das suas respostas. E uma grande

admiração pela sua coragem. Veio mais uma vez provar que "os homens não se medem aos palmos". O Sr. Secretário é corajoso, por ter aceite um cargo, para o qual não está, minimamente, vocacionado.

Tenho a certeza que o Sr. Secretário já deve estar arrependido de ter aceite esse cargo.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Já deve ter pensado na sua demissão, mas o Governo não tem coragem de aceitá-la.

(Aparte inaudível do Deputado José Carlos Simas)

O Orador: O Governo não deve ter coragem de aceitá-la, porque depois, como é que ia explicar ao povo dos Açores que durante o seu mandato teve quatro Secretários Regionais?

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Isso é a pergunta?!

O Orador: E além disso, quem é o suicida que ia aceitar substituí-lo, num barco que se está a afundar e em que o momento é de sair e não de entrar?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Não há dúvida nenhuma que o Governo Regional tinha uma participação na definição política aérea nacional. E sobre este assunto, eu faria duas ou três perguntas:

- O Governo Regional tem voz activa no estabelecimento de tarifas, horários e voos regulares da TAP, para a Região?

- Se realmente não está de acordo com a política da TAP - e nós também não - por que não define uma política alternativa, utilizando a transportadora aérea regional, SATA, de forma a colmatar as deficiências da TAP?

E por último:

- Como se processam as relações entre Ministério dos Transportes e a Secretaria Regional da Economia, no momento actual?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito brevemente, eu relembro a Sua Ex^a, o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, o simpático almoço que ofereceu aos Deputados da Ilha Graciosa, o ano passa-

do, aquando da sua visita àquela ilha, e onde lhe foi colocado este problema que tão amplamente, está a ser discutido aqui hoje, que é a penalização que sofrem os graciosenses, os jorgenses, os florentinos, os corvinos e os picoenses, com esta história das passagens de pessoas que querem ir para Lisboa e não têm, de facto, possibilidade. Porque não podemos pôr um aeroporto internacional em cada ilha - reconheçamos. Querer, toda a gente queria, mas vamos pela realidade e pela objectividade.

Eu recorro ao Sr. Presidente do Governo Regional, o compromisso que assumiu - e peço-lhe que me desminta se eu estou a mentir - nesse almoço, no qual se mostrou um pouco apreensivo com a calamitosa situação dos passageiros da Graciosa, e eu agora vou falar apenas das ligações interilhas; já não invoco a questão do Continente, porque ela foi altamente debatida aqui. Essa situação calamitosa caracteriza-se pelo seguinte: um passageiro da Graciosa, que quer vir para a Horta, não tem ligação no mesmo dia, tem que pernoitar na Terceira, tem que fazer o percurso (táxi) para Angra ou qualquer outro lugar, e ser obrigado a pagar uma dupla ligação.

E relembro ao Sr. Presidente, que V. Ex^a acolheu a ideia. Se não me falha a memória, disse que era uma certa surpresa para si, porque - permita-me que lhe diga - não conhecia em concreto a situação, mas que ia tentar resolvê-la.

Sr. Presidente do Governo Regional e, correlativamente, Sr. Secretário Regional da Economia:

O que foi feito, há um ano a esta parte, nesta situação?

É só isto.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PSD e PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Pedia aos Srs. Deputados que fizessem silêncio para podermos ouvir as perguntas do Sr. Deputado do CDS.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com a atenção que me foi possível a exposição do Sr. Secretário Regional da Economia. E registei o panorama demasiado optimista relativamente às infraestruturas portuárias. E sobretudo, também, aos meios operativos que os servem. E eu perguntava-lhe, muito concretamente, se mantém esse optimismo, quando pensa na gare marí-

tima do porto da Calheta que não existe - e no guindaste de cargas e descargas, que é da idade da pedra e que o tem servido?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para responder.

Secretário Regional da Economia (Humberto Melo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou começar por responder ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, justamente para dizer-lhe que referi-me à TAP na minha intervenção. Referi que havia contactos entre as duas empresas. No entanto, estes contactos não têm sido favoráveis, por isso disse também, que era importante a operação para a SATA, Açores-Lisboa. Só assim é que será possível para o Governo da Região controlar ou ter uma intervenção directa, possibilitando prestar um serviço mais eficiente, com melhor qualidade e que satisfaça, dum modo geral, todas as ilhas. De outra forma, há sempre a concorrência inter-empresarial e muitas vezes os objectivos das duas empresas não são compatíveis. Portanto, pensamos que a solução do problema surgirá, quando a SATA puder operar, de forma regular, para Lisboa.

Quanto ao Sr. Deputado Martins Goulart, penso que V. Ex^a particularizou uma situação e até concretizou que a TAP era num dia de festa. E referiu que o problema das Flores, também foi numa altura de festa.

(À parte inaudível do Deputado Martins Goulart)

O Orador: De qualquer forma, parece-me que estas coisas não podem ser particularizadas caso a caso. O problema da operação é um problema sazonal. Há que haver também, alguma racionalidade económica. Não pode haver um avião para duas, três ou quatro pessoas. Essas coisas têm que ter algum realismo e não apenas demagogia.

Deputado Jorge Cabral (PSD): O Sr. Deputado frete a Ocean Air!

O Orador: O Governo Regional protestou contra a política da TAP. Ela não serve os Açores. O esquema de encaminhamento dos passageiros penaliza fortemente, as ilhas mais pequenas. É uma realidade. Não conseguimos ainda os objectivos, mas vamos desenvolver esforços internos, a ver se, através duma melhor articulação de operação da SATA, se consegue complementar melhor essa articulação entre as duas operações. Trata-se de custos financeiros muito grandes, muitas vezes até, de meios técnicos. As vezes não é possível actuar-se de certo modo, por falta de meios técnicos, sobretudo

numa época de ponta, como é o Verão, onde os aviões estão perfeitamente ocupados e têm que servir todas as ilhas dos Açores.

Relativamente ao porto das Flores, as obras estão a decorrer a um bom ritmo, dentro daquilo que é razoável. Eu não disse que estava em conclusão.

(À partes inaudíveis do Deputado Rogério Serpa)

O Orador: Elas já começaram. Mas não estão em conclusão para a semana. As obras decorrem em bom ritmo, mas dentro daquilo que, tecnicamente é possível e razoável. Os Srs. Deputados estiveram há pouco tempo na Ilha das Flores e tiveram oportunidade de verificar que as obras decorrem bem.

(À partes inaudíveis entre as bancadas do PSD e PS)

O Orador: Em relação aos ataques pessoais que me fizeram, eu devo dizer que não costumo atacar as pessoas sob o ponto de vista pessoal.

Deputado Martins Goulart (PS): Não lhes ensinaram melhor.

O Orador: Lamento que isso tenha acontecido, porque não é a minha postura fazer ataques pessoais e portanto, sinto-me ofendido com essas manifestações.

Presidente: Srs. Deputados, nós vamos fazer um pequeno intervalo e já voltamos para a continuação deste debate. É porque, se continuamos o debate, não fazemos intervalo. Vamos almoçar, não é?

No entanto, o Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para uma interpelação à Mesa.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente:

Na medida em que estamos numa discussão em que está em causa o Sr. Secretário Regional da Economia, e em que há inscrições - eu estou a pensar inscrever-me em continuidade daquilo que acaba de afirmar o Sr. Secretário - eu, pessoalmente penso, e era esse o apelo que eu faria à Mesa, que devíamos acabar esta discussão e então fazer intervalo, posteriormente.

Presidente: Se o Sr. Deputado tem urgência em fazer um pedido de esclarecimento, há duas inscrições para isso: a sua e a do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que se inscreveu primeiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e esperemos que sejamos breves, senão não vamos longe.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós não gostámos da forma como o Sr. Secretário abordou as questões que colocámos. E não gostámos, porque esperávamos que o assunto tivesse sido mais desenvolvido, Sr. Secretário. Da nossa parte, e dentro do tempo que nos está disponível, gostaríamos que se aproveitasse um pouco esta interpelação, para avançarmos com alguma coisa. E não traduzíssemos este encontro, num mini-comício de perguntas e respostas rápidas.

Desde logo, Sr. Secretário, remeter para uma futura operação da SATA para Lisboa, a resolução do problema das ligações dos Açores para o exterior, não me satisfaz, de maneira nenhuma. E já agora, pedia-lhe que nos desse uma ideia de como seria a operação dessa SATA, quando Lisboa desse a "luz verde" para a SATA começar a resolver a ligação com o exterior? Como é que isso iria funcionar, para servir todas as ilhas?

Depois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se os responsáveis da TAP terem conhecimento da justificação que o Sr. Secretário deu para a SATA não resolver o problema das Flores, a TAP ficará tranquila para o resto da vida, nos Açores. Porque a explicação que o Sr. Secretário deu, foi tirada a papel químico das explicações que os responsáveis da TAP dão nos Açores, quanto ao problema do estrangulamento. Portanto, a última coisa que eu esperava, era que o Sr. Secretário trouxesse para aqui, a justificação que a TAP faz, permanentemente, em relação aos Açores.

Se o Governo Regional - na voz do Sr. Secretário da Economia - não é capaz de dar a esta Câmara uma perspectiva positiva, em relação à resolução do problema da Ilha das Flores pela companhia regional de aviação, dificilmente convencerá esta Câmara que tem projecto e que é capaz de resolver o resto dos problemas da Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para uma interpelação à Mesa.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente:

Eu gostaria de pedir à Mesa que me informasse dos tempos, a fim de podermos ver o tempo disponível, para que não haja "atropelos".

Muito obrigado.

Presidente: Concerteza, Sr. Deputado.

Assim, o PSD dispõe de 1h35m; o PS dispõe de 25m30s; o Governo tem 57m; o CDS tem 10m; o PCP dispõe de 2m e o Sr. Deputado Independente dispõe de

30m.

A Mesa fará o possível para que ninguém se "atropele". Vamos ver se tudo corre bem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão, que tem 2 minutos.

(Protestos inaudíveis entre as bancadas do PSD, PS e Governo)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, eu peço a vossa atenção.

Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente:

Eu terei que esclarecer que não tive intenção nenhuma de censurar a Mesa. Mas é que nós estamos habituados a ver o Partido Socialista gastar o seu tempo e depois o Sr. Deputado que vai fazer o encerramento, usa e abusa do tempo. E quando o Sr. Presidente lhe chama à atenção, arma-se em vítima, porque não lhe querem dar a palavra, ou que lhe querem cortar a palavra. E é isso que não pode ser permitido!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart, ao abrigo do artigo 112º.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Rui Melo insinuou que o Partido Socialista, alguma vez nesta Casa, se tenha "armado em vítima", por não ter tido tempo. O Partido Socialista já reclamou de não ter tido tempo regimental, para aprofundar debates políticos, mas sempre cumpriu as decisões da Mesa. E cumprimos-la ao minuto. Nunca deixámos tempo por ocupar, nunca! E podem verificar em todos os casos: debates de Plano e Orçamento, interpelações ao Governo, etc.. Fomos ao minuto final e não transigimos as regras desta Casa. Também não vou transigir no tempo que me dá para defesa da honra.

Presidente: Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão. Dispõe de 2 minutos do seu tempo regimental.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao problema que eu pus há pouco, ao Sr. Secretário Regional, eu não ouvi nada que explicasse.

Em relação àquilo que se estava a discutir, nós estamos de acordo que a TAP não serve da melhor maneira os Açores. Mas devemos dizer que a SATA serve os Açores pior que a TAP.

Deputado José Carlos Simas (PSP):

Não é verdade!

O Orador: Outro aspecto que eu queria apontar aqui, é que em relação à Portaria que citei, ela encontra-se no computador dos operadores privados! E estes cumpriram-na. E eu próprio comprei a um operador privado uma passagem, cumprindo a legislação. A SATA, pelo contrário, não cumpre a legislação. E a resposta é: - "São as instruções que nós temos!"

Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Secretário da Economia:

Esta Portaria que aqui está e que, aliás, foi feita de acordo com a consulta prévia, de acordo com o conteúdo da própria Portaria, aos órgãos de Governo próprio da Região, vai ser ou não, cumprida pela SATA?

Os passageiros das Flores, da Graciosa, de S. Jorge, vão poder ou não, utilizar os aeroportos de Ponta Delgada e da Terceira, quando não tiverem ligação das suas ilhas para a Horta. Por que é que a instrução que a SATA tem, nas suas diversas agências, é que os passageiros das Flores só podem sair e só podem entrar pela Horta? Não é aquilo que diz a legislação. A SATA não está a cumprir a legislação. O Governo Regional é que é o responsável!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Este debate veio provar - com a economia de discurso adequada àquela que V. Ex^a cultiva - que este Governo, pelo menos, não teve nenhuma alteração, em matéria da sua política no sector dos transportes. Ou seja, o Partido Socialista não tem nenhuma razão para deixar de dizer o que antes já dizia, ou seja, este Governo não tem política de transportes.

O Sr. Secretário Regional da Economia conseguiu, num momento tão solene como foi este da interpelação sobre política de transportes; solene do ponto de vista parlamentar; solene do ponto de vista da explicitação da política do Executivo; solene para V. Ex^a, que se escudou na discussão do Plano, como sendo ainda novo nesta instituição parlamentar e que esta seria a sua primeira oportunidade para dizer se pensava alguma coisa, sobre a política que tem obrigação tutelar em gerir. Mas, V. Ex^a aqui, conseguiu fazer um discurso em que omitiu uma questão essencial, do ponto de vista do seu relacionamento em

matéria de tutela com as empresas públicas. V. Ex^a está disposto a continuar a exercer sobre uma empresa como a SATA, mantendo a ignorância sobre a estrutura de custos dos transportes e mantendo a irresponsabilização da gestão daquela empresa, através dessa forma fictícia de "injecção financeira", numa gestão irresponsável como é a gestão da SATA.

V. Ex^a mantém essa política, porque V. Ex^a no fundo, já esteve na posição em que a gestão da SATA está.

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

O Orador: V. Ex^a conseguiu fazer uma intervenção, omitindo o seu relacionamento com o Ministério da tutela dos transportes e não respondendo explicitamente a uma pergunta sobre isso. Omitindo a sua posição quanto à estrutura da frota da companhia aérea regional sobre a qual não disse nada. Dizendo zero, sobre o processo de privatizações, particularmente sobre as privatizações das empresas à sua responsabilidade ou sob a sua tutela. Já sabemos que a sua opinião, possivelmente não é igual à do Secretário anterior, que já não era igual à do Presidente da SATA.

V. Ex^a omitiu a apreciação dum processo essencial, que é o processo da própria viabilidade dos Açores, como destino de transportadoras aéreas. Não comentando por exemplo, uma empresa como Portugália, que diz não faz viagens para os Açores, porque não é um destino turístico viável, porque não tem futuro ou porque não se sabe qual é o seu futuro mas, simultaneamente insinua que a SATA poderá substituir mais uma vez, com viabilidade financeira prometedora, esse papel.

V. Ex^a conseguiu dizer zero sobre a eminência da liberalização completa do espaço aéreo e desse mercado.

O que é que V. Ex^a disse aqui?!

V. Ex^a aqui, não disse nada. V. Ex^a é o exemplo concreto, V. Ex^a é a situação paradigmática, com que este Governo atravessa neste momento. Ou seja, um bloqueio político, um bloqueio imaginativo; um bloqueio de ideias; uma situação de "paralisia governativa" que tem que ser, imediatamente ultrapassada. E é por isso que nós dizemos que V. Ex^{as} têm a obrigação moral e o dever de açorianos, de se demitirem, imediatamente, das suas funções.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos das bancadas do PS e PCP)*

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Humberto Melo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente ao que disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, eu devo dizer que, evidentemente que a SATA tem que cumprir com a lei. Deverá apurar o que se passou. Se, de facto, houve alguma irregularidade, a pessoa em causa, será devidamente reposta na quantia que pagou, indevidamente. Se assim o foi. Portanto, é obrigatório que a empresa cumpra com a legislação em vigor.

Relativamente à gestão da SATA, eu referi na minha intervenção que o Governo entendeu que iria alterar o actual sistema de indemnizações compensatórias.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: Portanto, o Governo alterou o actual sistema de indemnizações compensatórias de valor global à exploração por linha.

Quanto à operação das Flores, eu devo dizer que é uma operação complexa, quer pela própria localização da ilha, quer pela sua distância em relação ao centro operacional. É uma ilha com graves problemas climáticos, isto é, os temporais, as dificuldades de operacionalidade e portanto, isso agrava bastante. Muitas vezes há situações que decorrem dessas condições próprias da ilha, para as quais não há, por vezes, solução. E muitas vezes, a SATA num esforço, promove operações extraordinárias. Neste momento, até já tem outras alterações no actual sistema de ligações entre as várias ilhas. Temos que ser realistas, nestas coisas. Não é dizer que podem ir aviões de pouco a pouco. Essas coisas não são assim. Tem que haver alguma lógica em todo o sistema. Não podemos pormenorizar pequenas situações, ainda que elas sejam importantes e tenham o seu peso. Mas temos que ter uma visão global dos Açores, um equilíbrio da nossa Região. E penso que é nessa perspectiva que a empresa tem vindo a desenvolver todo o seu trabalho. É verdade que houve uma renovação recente na frota, que foi um grande investimento. Há uma melhor oferta, há uma melhor capacidade. Os equipamentos são modernos. Enfim, decorrem alterações da situação anterior. Nestas fases experimentais há sempre dificuldades. É assim na nossa vida pessoal, é assim no dia a dia. Portanto, também nas empresas isso acontece.

Quanto ao meu relacionamento com

o Ministério dos Transportes, faço-o com o Sr. Secretário de Estado dos Transportes. Não tenho tido qualquer problema. Temos mantido contactos. É evidente que há divergências na política - já aqui referi essa situação. Não temos sido favorecidos por parte da transportadora aérea nacional.

Como referi ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, a SATA quando puder operar para Lisboa, como voo regular, só aí é que é possível um entrosamento perfeito, porque é a mesma entidade que consegue entrosar o tráfego Açores-Lisboa e inter-ilhas. Só assim é que é possível haver um entrosamento perfeito. Actualmente, existe uma disputa entre as duas empresas, muitas vezes algumas dificuldades de cooperação, outras vezes por razões técnicas, não é possível a articulação entre as duas.

Relativamente à privatização - e passo a responder ao Sr. Deputado Carlos César - eu gostaria de referir que neste momento, o primeiro trabalho está feito. As empresas encontram-se em reflexão. Os Conselhos de Administração estão a estudar os respectivos trabalhos, o processo, oportunamente será submetido e será definido o calendário de prossecução dos objectivos que o Governo definiu no Plano, relativamente a essa temática.

O caso da SATA é importante, o Governo tem uma posição tomada sobre isso e ela está no Plano que foi aprovado nesta Assembleia e portanto neste momento, o processo está a decorrer o seu "timing" normal, dentro daquilo que, previamente foi estabelecido pelo Governo Regional.

Em relação à política dos transportes marítimos eu já aqui referi e julgo que expliquei que actualmente o tráfego existe num entrosamento Lisboa-Açores e inter-ilhas. É importante que haja uma perfeita articulação entre essas duas políticas. E a criação do Fundo Regional que recentemente foi aprovado na Comunidade Europeia permite ao Governo uma intervenção directa nessa matéria. De qualquer maneira, pensámos que não devíamos ser nós a tomar a iniciativa, mas sim os actuais operadores ou eventualmente outros, no âmbito do Conselho dos Transportes. Parece-me mais razoável que seja assim, ou seja, a iniciativa privada é que deve tomar iniciativa nesse domínio. Temos alguns pensamentos sobre isso, mas parece-nos que a solução deve ser do compromisso entre ambos e não uma solução imposta pelo Governo, para com os agentes económicos que nessa matéria, normalmente, têm mais capacidade

pela experiência recolhida e até pelos ensinamentos e pelos meios que dispõem.

Presidente: Srs. Deputados, vamos então fazer um intervalo de 15 minutos e depois voltamos aos nossos trabalhos.

(Eram 11.20 horas)

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para o reinício dos nossos trabalhos.

(Eram 11.50 horas)

Tem a palavra para uma intervenção, o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente; Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É tese, unanimemente, aceite que os transportes assumem importância crucial, tanto sob o ponto de vista económico, como social em ilhas do mundo, e sobretudo numa região descontínua como é o caso dos Açores, e se friso isto é para dar à Câmara, a noção exacta de que o Grupo Parlamentar do CDS e o CDS têm consciência clara que este é um tema difícil não só para este Governo, como para qualquer Governo que venha a assumir responsabilidades na Região. São eles, os transportes, que potenciam o tráfego de pessoas e de bens possibilitando a abertura ao exterior das comunidades isoladas, bem como o contacto com bens essenciais à sua existência, quer de natureza material, quer mesmo de natureza social e cultural.

Dá que todas as ilhas reclamem por estruturas que sob o ponto de vista terrestre, aéreo ou portuário lhes dêem acesso rápido, fácil e eficiente à mobilidade de pessoas, à troca de bens e mercadorias que lhes permitam atenuar o isolamento que a ilha naturalmente lhes impõe.

Transportes qualitativamente bons, quantitativamente suficientes e economicamente baratos, eis pois, o triângulo reivindicativo tão velho quanto o povoamento destas ilhas, das gentes que nos Açores se fixaram. Da satisfação conjugada destes itens, depende o grau de desenvolvimento económico per si e da Região, assim como, o bem estar das pessoas que a habitam.

São estes, em nosso entender, os itens essenciais à fixação e enraizamento das populações.

Dá a grande ansiedade e o forte poder reivindicativo das ilhas ditas mais pequenas para que sejam munidas de estruturas físicas, quer terrestres, quer portuárias, quer aeroportuárias que lhes permitam entrar em

contacto com bens e serviços o mais rapidamente possível e transacionar os seus produtos a preços compensatórios, mesmo concorrenciais.

Dá a grande necessidade de prática de custos de transportes que sirvam a um tempo, a quebra do isolamento e a outro, o tráfego de mercadorias, segundo as leis de mercado que caracterizam o espaço económico em que nos inserimos.

Na nossa perspectiva cremos ser esse o maior de todos os problemas do Governo açoriano e sem ele resolvido, o turismo não se desenvolverá, a indústria não atingirá níveis competitivos, não se alimentará, ainda, o espírito empresarial, que define, por falta de perspectiva e acabará por desertar para outras paragens ou então canalizará as suas energias e capacidade para outros ramos de actividade.

Eis o drama que é preciso evitar. Como pensa o Governo Regional resolver esta situação?

Há dias li, num periódico desta Região, que um estudo técnico sobre transportes marítimos, aconselhava a que o embarque e desembarque de mercadorias de e para o exterior da Região, se deveria efectuar apenas por dois portos - o de Ponta Delgada e o da Praia da Vitória.

Destes, através de transbordo, essas mercadorias seguiriam os seus destinos através de uma linha marítima interna, servida por barcos mais pequenos, mais economicamente rentáveis.

Pergunto se o Governo tem conhecimento deste estudo, se concorda ou discorda deste parecer? Se tem algum estudo sobre o modelo de barco que melhor e mais adequadamente se adapta ao mar dos Açores? Uma coisa é certa: sem uma política de transportes adequada, o desenvolvimento dos Açores não é possível e a sua economia acusará uma forte tendência de subalternização em relação ao exterior que, aliás, como acontece e o denunciam os números publicados pelo DREPA. Repara-se no quadro: 1.123 toneladas desembarcadas contra apenas 250 toneladas embarcadas em 1990. Estes números devem fazer-nos, a todos, reflectir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política aérea de transportes causa-nos também fortes preocupações não tanto pelo prejuízo que a linha aérea da SATA dá e que é cerca de 2,2 mil contos por dia, mas sobretudo pelo prejuízo que a SATA deu nos voos charters para o exterior

da Região e que atinge somas que a nosso ver precisam de ser esclarecidas nesta Câmara. Que perspectivas há para os voos charters, Sr. Secretário Regional da Economia, com destino à América e ao Canadá?

E como explica o prejuízo que o ano passado a SATA teve com essa aventura?

Tenho dito.

Presidente: Tem agora a palavra para uma intervenção, o Sr. Deputado Tomaz Duarte.

Deputado Tomaz Duarte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A interpelação ao Executivo Regional por parte da oposição em matéria de Política Geral com destaque para os transportes, traz-nos de novo a esta tribuna para uma vez mais abordarmos, desta feita em âmbito mais alargado, um tema que, dada a nossa posição insular, jamais deixará de estar na ordem do dia.

Aliás a problemática dos transportes, mais ou menos candente conforme as épocas, tem vindo a ser largamente debatida nos últimos tempos em vésperas de alterações profundas no seu condicionalismo operacional por razões de ordem exógena.

Antes de mais, gostaríamos de precisar melhor o conceito que conferimos aos transportes no nosso contexto atlântico.

Se eles assumem importância fundamental em qualquer latitude perante uma malha demográfica cada vez mais densa a movimentar e no escoamento de contingentes acrescidos de mercadorias que caracterizam a actual sociedade dita de consumo, para nós insulanos, afastados dos grandes centros que nos mantêm em estreita dependência, representam a base da nossa própria sobrevivência.

São parte integrante do nosso quadro existencial, elemento constitutivo e não apenas complemento circunstancial da nossa convivência natural.

Por isso, em termos de organização económico-social avultam como componente determinante, que nunca se pode esquecer, minimizar, muito menos enjear.

Da nossa opção em permanecer nestes rochedos resulta que os transportes, dentro e para fora do Arquipélago, não podem ser considerados como um mal necessário, antes como um parceiro a privilegiar.

Torna-se, assim, numa falsa questão arvorar os transportes em "bode expiatório" de muitas das iniciativas mal sucedidas nos mais variados ramos.

Os transportes não surgem por acréscimo,

a montante e/ou a juzante, desta ou daquela actividade, fazem sim parte dos seus encargos inerentes que necessariamente têm de ser ponderados à partida.

Ignorá-lo é como que negarmo-nos a nós próprios quando, para outros efeitos, tanto nos orgulhamos do nosso estatuto de ilhéus.

Esta é a leitura realística, ainda que amarga, que fazemos da situação.

Mas não somos fatalistas e não aceitamos que seja posição irreversível, apesar da inalterabilidade das coordenadas geográficas.

Com efeito, os transportes, nos segmentos em que os estamos considerando, formam uma das parcelas mais gravosas dos chamados custos de insularidade, que vimos suportando de há mais de 500 anos a esta parte.

Não está nas nossas mãos de açorianos alterar substancialmente este estado de coisas, mas esperamos que a indispensável reparação surja um dia a nível nacional e/ou comunitário, ao abrigo do tão proclamado princípio da solidariedade, em ajuda directa ao consumidor, uma vez que a mesma é vedada por via empresarial, face ao rigor exigido na transparência dos circuitos económicos.

E entendemos essa solidariedade levada até às últimas consequências, ou seja: que cada habitante, independentemente da ilha de origem suporte a mesma tarifa para as suas deslocações ao exterior e que cada artigo importado chegue a qualquer destino por idêntico preço.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas, não sendo possível eliminar de todo o "handicap" que os transportes representam para a Região, é pelo contrário viável atenuar-lhe os efeitos.

Assim tem acontecido designadamente com o advento da Autonomia no exercício dos seus Órgãos de Governo próprio.

Neste aspecto, como igualmente noutros, fez-se mais nos últimos 15 anos do que em cinco séculos de povoamento.

Esta é uma verdade insofismável, que alguns tentam em vão denegrir, que está à vista de todos e que importa reavivar na memória dos mais distraídos.

O essencial numa política de transportes, depois de facultadas adequadas infra-estruturas operacionais, é garantir uma periodicidade bem ajustada, a par do conforto e facilidades de circulação de pessoas e bens, tudo a custos suportáveis.

Com esse objectivo se construíram os portos do Pico, da Graciosa, de Santa Maria e da Praia da Vitória, se ampliaram os de S. Jorge e de Ponta Delgada, se iniciaram os das Flores e do Corvo e está para concurso a beneficiação do da Horta.

Todo um programa, inimaginável há poucas décadas atrás, contemplando os Açores de lés-a-lés e que envolve dezenas de milhões de contos.

Na mesma linha, se edificaram os aeródromos da Graciosa, Pico e S. Jorge, a pista do Corvo, o terminal das Flores, a aerogare das Lajes da Terceira e respectivas instalações para carga e se procedeu às onerosas obras do prolongamento da pista do Aeroporto da S. Miguel, pertença da ANA-EP, bem como se introduziram melhorias nas gares de Santa Maria, Ponta Delgada e Horta, também sob a tutela da aludida empresa pública nacional.

E aqui se somam muitos milhões de contos, numa cobertura de toda a rede aeronáutica.

E quando atingem a abertura de novas estradas, o lançamento de modernas artérias, vias rápidas e de circunvalação e a conservação permanente, ano após ano, de centenas e centenas de quilómetros de pisos já existentes!

Grandioso rol de empreendimentos levados a efeito em todas as parcelas açorianas, sem excepção.

E o dispendioso apetrechar dessas citadas infra-estruturas com o mais variado e aperfeiçoado equipamento funcional?

Mas não se extinguíram nos domínios do cimento armado, do asfalto e do metal, a actuação do Governo.

No ramo marítimo, subsidiaram-se ou renovaram-se meios de navegação nos três grupos de ilhas em que se pratica o tráfego local de carga e passageiros. Assim, o apoio aos tradicionais barcos dos "Pareces" que ligam S. Miguel a Santa Maria e aos empresários das Flores e do Corvo. Com o mesmo fim, a criação da "Transmaçor" que opera nas cinco ilhas do Grupo Central e a que foram consignados, por concurso, os dois "Cruzeiros" adquiridos a expensas do mesmo Governo, medida tomada sem prejuízo dos armadores que não aderiram ao projecto.

No ramo aéreo, a manutenção da SATA - instrumento indispensável como garante da Unidade Regional - por via de um contrato-programa que suporta uma exploração deficitária resultante da prática de tarifas com pesada componente social.

A este ónus orçamental, junte-se o esforço da substituição da frota da transportadora aérea regional e o somatório dos milhões continuará a subir em flecha...

No ramo terrestre, o menos falado e discutido, talvez pela existência de alternativas e pelo menor poder reivindicativo dos seus utilizadores, também foi desenvolvida e continuará a ser acção de monta.

Já muita gente se esqueceu que no período conturbado pós 25 de Abril muitas das empresas concessionárias entraram em crise e tiveram de ser intervencionadas para lhes evitar a falência, o que anualmente custava ao erário público centenas de milhares de contos.

Apesar dessa injeção em dinheiro o material circulante atingira um estado tal de degradação que em muitos casos as viaturas mais pareciam estar em trânsito para o sucateiro que no cumprimento de itinerários pré-estabelecidos.

Mediante a adopção de mais racional tarifário, embora com bitolas que ficam aquém das praticadas no continente português, conjuntamente com a absorção de juros bonificados para a aquisição de autocarros, não só se conseguiu reprivatizar as empresas, digamos assim, como pô-las de novo a dar lucro.

A ilhas pouco populosas como Santa Maria, Graciosa e Flores têm sido atribuídas viaturas em condições muito especiais e apenas na primeira não se apuram ainda resultados positivos.

De salientar também a comparticipação às autarquias para a construção de parques de estacionamento e muitíssimos abrigos para passageiros, bem como na sinalização dos centros urbanos.

E, já agora para completar mais o quadro, aponte-se a informatização dos serviços que permite a entrega de documentos de circulação quase de imediato, a formação profissional, a prevenção rodoviária e, com assinalável benefício para toda a população em geral, a criação de Núcleos de Viação e Transportes em todas as ilhas, à excepção do Corvo, que facultam que qualquer cidadão possa adquirir a sua carta de condução sem ir a caminho das antigas capitais de Distrito!...

Não menos importante, há que referir para além do palpável e do contabilizável, todo o trabalho invisível junto das transportadoras de médio curso e das entidades nacionais competentes para a instalação de novas escalas, reestruturação de rotas, horários e suas frequências, aprovação

de tarifários minimamente aceitáveis, negociações de toda a ordem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vem aí a liberalização dos transportes, decretada inexoravelmente pela CEE.

A lei da "livre concorrência", ponto de honra dos construtores da Europa Comunitária existe desde 1957, data do celeberrimo Tratado de Roma, mas os chamados países ricos integrados, em manifesto conluio, nunca a respeitaram na área dos transportes, de modo especial no que concerne ao sector aéreo. Tem havido uma declarada protecção de bandeira.

Sáfu-nos na rifa - país menos estruturado abrangido pelo último e recente alargamento, mal feito da duríssima prova a que foi sujeito para cá de Abril de 1974 - cumprir ao transpôr o limiar da casa comum a dura lei que os seus factores deliberadamente durante décadas haviam olvidado!

Será difícil para Portugal e para a nossa Região enfrentar esta situação, adaptar as nossas estruturas, salvaguardar os interesses envolvidos, manter a qualidade dos serviços prestados...

Não será, por certo, um processo pacífico que agitará mais ou menos o "statu quo" instalado.

E, tal como sempre acontece nestas ocasiões, aparecerão os "pescadores de águas turvas" e brotarão os "profetas da salvação"!...

Com serenidade, com clarividência, com engenho, nós açorianos, através dos órgãos de Governo próprio, faremos o nosso melhor.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E não se dispensará uma palavra de empenhado compromisso a todos quantos, nesta Casa, se encontram conjurados pelo mandato que o Povo dos Açores lhes confiou.

Tenho dito.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura, para uma intervenção.

Deputado Renato Moura (Independente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Tinha pensado não intervir neste debate. Ele foi provocado por um dos partidos da oposição e parece-me que era, efectivamente,

te, aos partidos da oposição, que competiria ocupar o papel primordial na condução deste debate. Todavia, a forma como ele tem decorrido, motivou-me para que, ainda que de forma muito breve, levante dois ou três aspectos que me parecem essenciais.

Esta interpelação é sobre política geral, embora tenha incidido, sobretudo, nas áreas da agricultura e dos transportes.

O facto desta interpelação ser sobre política geral, leva imediatamente, a que fosse de esperar que da interpelação, resultassem respostas que nos permitissem ter uma ideia sobre aspectos essenciais de como está sendo feita a condução geral da política do Governo. Condução geral essa, da política do Governo que, obviamente passa, não apenas pelos Srs. Secretários que aqui têm intervido - o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas e o Sr. Secretário Regional da Economia - mas por quem tem a maior competência que é o Presidente do Governo.

Este Governo safu daqui legitimado com o seu programa, safu legitimado com o Plano de Médio Prazo para 89/92 que aqui foi aprovado, safu mais recentemente, voltado a legitimar, para um mandato de um ano com o Plano para 1991. Esses documentos aqui passaram, foram aprovados por maioria, e são os documentos desta Região, aprovados pela Assembleia. É evidente que agora é importante questionar sobre essas políticas; sobre a forma como elas estão sendo executadas, ao nível sectorial mas, muito principalmente, ao nível global. Porque é dessa coordenação, que se podem corrigir as deficiências ao nível sectorial e conseguir os objectivos globais que nós aqui aprovámos nas suas grandes linhas.

Tem a bancada do PSD, nalgumas das suas intervenções - e felizmente que apenas em algumas - usado dum repto lançado à oposição, de que apresentem as suas políticas alternativas para este, ou para aquele sector. Entendo essas afirmações como uma mera figura de retórica, porque afinal de contas, nesta circunstância, o que há que ver, é se os documentos que foram aprovados para esta Região, estão ou não, a ser executados e como. Não é questionando a oposição, sobre que alternativas tem. Porque quanto a essas, em tempo oportuno e em campanha eleitoral, se pronunciarão os cidadãos dos Açores.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Exactamente por isso, é que interessaria ver em que grau e em

que medida estão a ser cumpridas as políticas definidas nesses documentos.

É evidente que este Governo é um Governo do Partido Social Democrata, não é um Governo de coligação, nem tão pouco era por isso razoável, que aplicasse as políticas sugeridas por outros, tidas por razoáveis ou por irrazoáveis, exactamente porque, não está legitimado como Governo de coligação, mas como Governo do Partido Social Democrata, para governar esta Região.

Depois, para além dos documentos que aqui foram aprovados, há também os compromissos assumidos pelo membros do Governo e perante esta Assembleia. E o facto de aqui terem sido assumidos, perante os representantes da população dos Açores, confere a essas declarações, uma importância de tal forma grande que, também, é razoável que questionemos o Governo sobre o seu grau de cumprimento.

O coordenador deste Governo, naturalmente que tem de ser Presidente deste Governo. E, nessa qualidade, quando aqui esteve para a aprovação do Plano de Médio Prazo para 89/92, fez determinadas declarações que eu gostaria aqui de referir, apenas de uma forma muito sintética. Isto foi em 18 de Março de 1989: "Queremos actuar com mais eficácia" - disse o Presidente do Governo. "A nova orgânica governativa, abriu novas perspectivas". "Precisamos de recrutar quadros qualificados" - disse, novamente, o Presidente do Governo em 1989. "Estamos a abrir novas frentes".

Ora bem, é altura agora, de fazermos um balanço. Passaram-se cerca de dois anos e meio sobre o início do mandato deste Governo por isso, é importante que este balanço se faça e o lugar certo para isso é, efectivamente, através da interpelação.

Em 24 de Novembro de 1989, quando foi da discussão do Plano para o ano seguinte, o Sr. Presidente do Governo também disse: "Cada Plano, cada Orçamento, consubstanciam um desafio à nossa capacidade de realização".

Em que termos é que foi feita essa realização? Em que é que ela teve sucesso? Em que é que teve insucesso? A que se deveram os insucessos? Como se corrigirão as adversidades que terão levado a que os insucessos existissem? - É também tema que cabe, perfeitamente, numa discussão desta natureza.

E em 30 de Novembro de 1990, quando o Governo pela última vez aqui veio, também o Sr. Presidente teve ocasião de dizer:

"Os termos do nosso compromisso com a Assembleia Legislativa e com o povo que, legitimamente representa, têm de ser alterados" - falta saber em que termos o foram e como?

Mas, continuava o Presidente do Governo em Novembro de 1990: "É, de resto, necessário agir depressa, para recuperar o crédito e eficácia, que o Governo e a Administração Regional devem ter perante a opinião pública e que foi, seriamente afectado, nestes últimos dois anos".

Ora bem, agora que estamos em interpelação, alguém em nome do Governo terá de entrar neste debate, e dizer em que termos é que essa eficácia ou que essa perda de eficácia, foi remediada. E se o Governo considera e porquê que, efectivamente, tenha recuperado essa eficácia que aqui reconheceu, em face dos debates vivos que aqui na altura existiram, admitindo que essa perda de eficácia, efectivamente, existe.

Fez-se uma interpelação sobre áreas concretas. A interpelação sobre agricultura: Reconheceu-se que, efectivamente, existem atrasos. É honesto reconhecê-lo. Mas, parece-me que é preciso dizer mais alguma coisa. Ou seja, como é que se vai procurar recuperar, num ano e meio que falta de vigência deste Governo, esses ditos atrasos?!

É importante que os representantes do povo dos Açores, possam ter elementos para fazer um juízo sobre essa situação e sobre aquilo que o Governo se propõe realizar, em termos de que se cumpra a vontade do povo dos Açores, expressa nos documentos que se chamam o Programa do Governo, o Plano de Médio Prazo e os Planos Anuais.

Tem-se dito: "Gostaríamos de fazer mais, mas não foi possível". É preciso que se diga, neste ano e meio, o que é que vamos fazer, para fazer mais, para remediar o que se não fez?

Acerca de transportes, isto para não sair das áreas que aqui têm sido referidas, porque obviamente, não está em discussão, neste momento, perguntar como é que vai ser possível que o turismo tenha a primeira prioridade no desenvolvimento desta Região, se o seu plano, só agora, está na fase de concurso?

Mas não queria entrar em áreas que não foram aqui privilegiadas pela oposição para trazer a este debate, porque entendo que não tenho o direito de inverter o que é a vontade expressa, por quem tem capacidade para promover interpelações. Mas

já que se falou de transportes, falou-se do porto das Flores.

Julgo que sobre esta matéria, passou-se muito tempo desde o início da construção do porto das Flores. Dizer-se agora que, sobre esta matéria, está tudo bem, porque o porto começou... bom, o porto começou há muito tempo. As pessoas questionam-se, pelo facto do porto ainda não estar pronto. Tem-se visto o porto aparecer e desaparecer. É razoável que se pergunte porque é que apareceu e porque é que desapareceu?

Que explicações dão os técnicos para o efeito? Depois, é razoável que se diga que, para além de que o porto está em construção, para quando é que se prevê a sua conclusão?! É evidente que há-de haver uma previsão sobre essa matéria. Que se o diga, a esta gente que aqui está em nome do povo dos Açores, com desejo de o saber!

É evidente que poderá ocorrer que depois se venha dizer mais tarde, que não obstante a previsão ser para X meses, acabou sendo por mais do que isso. Ou até seria óptimo, se depois se reconhecesse que, afinal, tinha sido mais depressa - porque é urgente terminar o porto - do que aquilo que inicialmente se previa.

Mas é importante que se diga, o que é que se conhece neste momento? Porque eu não quero crer que se não conheça nada! Porque então, bem pior seria. Há-de haver uma informação que se possa aqui dar que traga algo mais.

Tem-se dito, por outro lado, que se não conseguiu sucesso nas negociações com a TAP, relativamente aos Açores. Mas porque não dizer o que se negociou, o que se procurou, o que se não encontrou?! É importante que isso se conheça, para termos um juízo. E até talvez até se pudesse recolher aqui, alguma ideia sobre o que se pensa sobre este assunto. O Governo sairá daqui reforçado, se levar a opinião da Assembleia, sobre o que ela pensa destas matérias. Mas para que a Assembleia pense, é preciso que tenha com quê e esse quê, naturalmente, tem que ser fornecido pelo Governo. Não vejo que haja outra alternativa.

Uma matéria que aqui não vi tratada, mas que gostaria de referir, ou seja, a Transinsular. A Transinsular tem feito acreditar nas Flores que a sua operação para aquela ilha, não tem qualquer garantia de continuidade. As pessoas nas Flores - e já o tenho referido - fazem açambarcamentos, porque têm dúvidas se vai haver

nova viagem. Porque cada viagem que se realiza, diz-se que depois dela não vai ser marcada a viagem seguinte. Eu já levantei esse problema junto do Governo. A resposta que tive, foi a de que o Sr. Secretário Regional da Economia informava, que não existem razões para pensar que a Transinsular venha a cancelar a operação para a Ilha das Flores. Pode ser que não existam razões. Eu não vejo como, porque no fim de contas, é isto que tem sido anunciado, tem-se tornado público. Tem sido dito inclusivé, que a Transinsular estava a pressionar a Secretaria Regional da Economia no sentido de lhe ser atribuído um subsídio, para que essa operação viesse a continuar. Parece que existe um estudo sobre essa matéria. Era importante saber se a população da Ilha das Flores, nesta matéria, pode ficar mais sossegada e se, efectivamente, não vai haver transportes marítimos para a Ilha das Flores. Porque isso tranquiliza as pessoas e evita problemas que neste momento existem. Era importante que a Assembleia soubesse disto, pois isto tem a ver com um aspecto essencial da nossa vivência no meio destas ilhas, onde os transportes são absolutamente essenciais. E numa ilha onde o barco vai de mês a mês, quando não é de dois em dois meses, onde as operações são, particularmente difíceis, onde as roturas são constantes, é preciso saber se isto ainda está para pior, ou se há alguma esperança de que vai melhorar, ou que pelo menos não piorará, até que venha a solução do porto.

Parece que é isto que é normal esperar e ainda estou esperançado que estas respostas a vários níveis surjam da parte do Governo, se não dos sectores em si, porque não da parte do Presidente do Governo que certamente aqui não veio, apenas para ver como se comportam os seus Membros do Governo. Terá vindo, também, para cooperar e para esclarecer algumas destas matérias que eu aqui deixo levantadas. Porque o Governo está habituado - porque sempre assim foi - a ter um mecanismo de fiscalização. E esse mecanismo de fiscalização, é esta Assembleia. Já que o Presidente da Assembleia, porque não estava habituado à existência de um mecanismo de fiscalização, logo que ele surgiu, admita à Comunicação Social a sua demissão por via disso, poderá ser um fruto de circunstâncias recentes. Agora, certamente que o Governo não tem essa leitura dos problemas, porque está habituado, porque tem sido sempre esta a compostura que é razoável e aquela

que, afinal de contas, está determinada em legislação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se, depois disto e de tudo o mais, o Governo não dissesse nada, era grave, porque isso nada tinha a ver com o não querer-se dar resposta a um Deputado. Isso significaria, seguramente, que o que estava em causa era o povo que aqui representamos.

Muito obrigado.

(Aplausos das três bancadas da oposição)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Humberto Melo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em resposta ao Sr. Deputado Rui Meireles, eu gostaria de dizer que de facto, existe um estudo e eu tenho-o aqui comigo. Referi na minha intervenção que esse documento tinha sido distribuído ao Conselho Regional de Transportes. Uma das hipóteses que apontou, é tratada nesse estudo, isto é, a hipótese base de trabalho era considerar a possibilidade do tráfego Lisboa-Açores ser feito através de dois portos. É uma metodologia de trabalho, é um ponto de partida e é discutível. Por isso, referi na minha intervenção que nos parecia mais razoável que os operadores, com a experiência recolhida, fossem as pessoas mais indicadas para encontrar a solução.

Em relação aos voos charter para a América, eu também disse que mobilizaram 27 mil passageiros, concretamente 13.530 do Canadá, 13.515 dos Estados Unidos. Também referi que a operação tinha sido deficitária e rondou, em dólares, 980 mil dólares (canadianos) e 409 mil em dólares americanos. Pensamos que, embora isto tenha sido negativo para a empresa, foi positivo em termos globais para a economia, sobretudo para os passageiros que vieram e até pelos efeitos induzidos que se geraram ao nível do comércio e do turismo. Aliás, esse facto é importante, na medida em que, este ano, essa operação não teve o mesmo êxito, em termos humanos, do ano anterior, devido à crise que se viveu nos Estados Unidos, e reconhecido por todos os empresários do sector, que foi o ano mais negativo, em termos de negócios.

O problema da Ilha das Flores, no tocante ao porto, as indicações que temos é no sentido de que no final de 92 o porto estaria concluído. Estas coisas são variáveis, porque não sabemos se o tempo vai continuar bom ou mau. Mas é esta a indicação de que dispomos.

Eu não tenho culpa que a Transinsular faça constar e utilize meios menos correctos, para tentar pressionar o Governo, no sentido de receber algum subsídio. Não me parece ser esse o caminho mais correcto. A própria empresa já veio reconhecer, ao mais alto nível, que isso não era correcto e que vai assumir os compromissos legais, que lhe cabem. Portanto, penso que a população da Ilha das Flores pode ficar descansada, nessa matéria. Além disso, gostava de informar o Sr. Deputado Renato Moura, que o Governo dispõe de um programa de apoio ao stock, por via das dificuldades marítimas. Assim, os empresários locais podem aumentar a capacidade do stock de, pelo menos, alguns bens essenciais, aliás, eles estão fixados numa portaria que ainda há poucos dias foi alterada, para contemplar melhor a nossa realidade insular, suportando o Governo, os encargos financeiros daí decorrentes. Parece-me que também há aqui má informação, no que se refere aos nossos comerciantes da Ilha das Flores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Independente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Agradeço as informações que foram dadas. E queria fazer mais um pedido de esclarecimento ou talvez mais do que um. E o primeiro é desde logo, relativamente à informação que deu o Sr. Secretário Regional da Economia. Falou de compromissos legais da Transinsular. Era importante que dissesse quais são esses compromissos, para se ter uma ideia e se poder acompanhar, se eles são ou não cumpridos.

Quanto ao apoio aos stocks, efectivamente o programa existe, mas parece-me haver aqui um problema delicado que também tem a ver com o sector tutelado pelo Sr. Secretário Regional da Economia, que é o problema da fiscalização, relativamente, a esta matéria. Eu aqui aconselhava - como já tenho feito noutras circunstâncias - que houvesse mais algum acompanhamento desta situação. Porque, suponho, tem havido tentação por parte dos comerciantes, em substituírem os seus próprios stocks normais, por este mecanismo e, afinal de contas, assim ficamos exactamente com o mesmo stock. Ou seja, se os comerciantes deixam de fazer o seu stock normal e passam apenas a utilizar o stock de segurança criado por estas disposições vigentes, é evidente que voltamos à velha forma, isto é, temos sempre um único stock. E, portanto, julgo que

nessa matéria era importante um acompanhamento mais próximo desta actividade, procurando encontrar meios para o resolver, porque esta é, pelo menos, a sensação que reina e que existe na ilha, que é a de que há comerciantes que têm feito uma utilização indevida, deste mecanismo.

Depois, haverá também nalgumas circunstâncias talvez, uma má informação. Aliás, julgo que um dos "pecados" de muitos dos departamentos do Governo Regional, tem sido o de não dar uma informação adequada, dos vários mecanismos que existem ao serviço, para que as pessoas possam beneficiar deles. Nalguns casos não existem delegações das Secretarias Regionais, em muitas das ilhas. Nos casos em que existem, por vezes não estão habilitadas a prestar essa informação que, julgo, devia ser muito mais profusa, para que os agentes económicos pudessem saber melhor, como recorrer a ela. Porque depois, ainda lhes advém muitas outras dificuldades, como sejam as de encontrar o jurista para esclarecê-las, ou o economista para fazer o estudo, ou o projectista para desenhar, etc.. Portanto, as dificuldades são sempre enormes, logo tudo o que se possa fazer no sentido de levar mais próximo dos interessados as informações, julgo que é útil e julgo que é um investimento, extremamente importante de se fazer. Aproveitando, porventura, um instituto que tem parecido, numa determinada fase, voltado para as privatizações que não tem sido possível fazer, que é o Instituto de Investimentos e Privatizações, mas que tem efectivamente, uma função legal que é a de promover o investimento. E promover o investimento, significa levar ao conhecimento das populações, os meios que tem ao seu alcance para o fazer, numa forma acompanhada, com uma informação que possa ser minuciosa, relativamente a esses assuntos.

Já agora gostaria de vincar, também - aproveitando estar no uso da palavra - uma preocupação que tenho, que foi aqui tratada por outros Srs. Deputados e que é a que tem a ver com esta questão da TAP e a dificuldade que as pessoas têm em sair de determinadas ilhas. Porque eu ontem, fiz aqui uma correcção àquilo que tinha dito o Sr. Deputado Paulo Valadão, ou seja, referi que me parecia que a responsabilidade não era da SATA. Pela declaração (hoje) do Sr. Secretário Regional da Economia, já não fiquei tão certo disso, na medida em que ele declarou que se havia de chamar a atenção à SATA, se existisse essa irregula-

ridade. Por isso, fiquei na dúvida sobre se, efectivamente, há ou não responsabilidade da SATA. Porque eu acreditava que não havia e que esta dificuldade estava a ser levantada pela TAP. Era, aliás, essa a informação que eu tinha, ou seja, que seria a TAP que não estava a cumprir essa portaria. Todavia, percebo que nesta matéria, o Sr. Secretário da Economia é que tem os livros, de modo que eu poderei não estar completamente informado. De qualquer maneira, o que é importante, é que o problema seja ultrapassado. Já bem basta às populações de determinadas ilhas, não poderem ter um avião da TAP, porque não tiveram "lobby" que permitisse que ele chegasse às suas respectivas ilhas. Mas, já que não têm avião da TAP nas respectivas ilhas, não sejam, pelo menos, penalizados pelo facto de não terem. Já é penalização suficiente, terem de sair para outra ilha, para o ir tomar. De maneira julgo ser este, um aspecto importante e que tem de ser, rapidamente ultrapassado, porque está a criar enormes dificuldades e está a implicar pagamentos importantes. Porque numa determinada fase e num determinado sentido, seria possível sair para o aeroporto mais próximo, mas depois no regresso, desde que se faça mais do que um determinado número de transferências, tem que se pagar por determinados percursos. A dificuldade que existe neste momento para Lisboa é grande, mas para o Porto é pior, porque aí é preciso pagar, pelo menos dois percursos em acréscimo, relativamente à situação normal.

Eu não percebo nada de tarifas aéreas, mas conheço esta realidade que me é transmitida e espero que a esteja transmitindo em termos que o Sr. Secretário possa anotar e apurar o que é que se passa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

O CDS dispõe de 4 minutos.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A nossa palavra é de algum desânimo, porque tivemos oportunidade de ouvir o Sr. Deputado Renato Moura e muitos outros e depois do (feliz) apelo que ele fez e a caracterização que também realizou da postura do Governo Regional, face a esta interpelação, entristece-nos, na verdade que, aos desafios que o Sr. Deputado Renato Moura colocou e aos exemplos avançados, o Governo Regional tivesse respondido, mais uma vez, de forma insuficiente, lacónica

e telegráfica. E mesmo em relação a questões muito pertinentes, que foram aqui apresentadas. Não podemos deixar de manifestar o nosso pesar pelo facto desta interpelação estar a terminar, nos termos e com a falta de resposta que o Governo Regional está patenteando, neste momento. Parece-nos preocupante que isso esteja a acontecer nesta Assembleia.

Queríamos dar, apenas, uma informação que, entretanto, nos chegou às mãos e que vale a pena partilhar com todos, para se dar conta dos problemas que envolvem esta Região nesta matéria de transportes. Alguns dos colegas Deputados já tiveram oportunidade de aqui dar conta das suas listas de solicitações junto dos transportes. Eu tenho também aqui uma e que, desta vez nos toca, pessoalmente, e era bom que todos soubessem.

Um casal precisava de viajar a partir do dia 13, de Lisboa para a Terceira. Tem apenas um lugar no dia 18, outro (possivelmente) no dia 19 de Julho. Em Agosto não há lugares disponíveis que se possa confirmar Lisboa-Terceira, só a partir de Setembro. Esta foi a informação que nos foi dada pelo telefone.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós terminaríamos dizendo que, já que o Governo não dá resposta às grandes questões e a outras médias que foram colocadas, eu pessoalmente, peço ao Governo que me resolva este problema.

(Àpartes inaudíveis das bancadas do PSD e do Governo)

O Orador: Se me resolverem isso, da minha parte, aumenta um bocadinho a simpatia.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Humberto Melo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente ao Sr. Deputado Renato Moura, eu devo referir que há uma legislação que regula todo o tráfego marítimo e as respectivas autorizações. Eu posso facultar-lhe o conjunto de legislação, concretamente, há um decreto-lei e um conjunto de decretos posteriores que vêm sendo revogados e são eles que fixam a concessão da autorização para o transporte marítimo dos Açores.

Por outro lado, acolhi as suas sugestões, relativamente à divulgação dos mecanismos de incentivos. Neste momento, estamos

a fazer um grande trabalho nesse sentido, não chegámos ainda à Ilha das Flores, mas já o fizemos em 5 ilhas, no espaço de 4 meses. Havemos de lá chegar, mas reconheço que é importante privilegiar o contacto com as instituições empresariais. Elas têm os seus associados e parece-me que é vantajoso, através dessa via, pô-los a participar no processo de desenvolvimento dos Açores. Concretamente, a Câmara do Comércio das Flores já foi contactada para colaborar connosco nesse trabalho.

Quanto à fiscalização dos stocks, podemos avançar nesse sentido, mas os encargos financeiros são suportados pelo Governo, por isso não percebo por que razão é que o empresário não pode aumentar (mais um mês ou menos um mês), tendo em conta o passado e a sua experiência que tem, na respectiva regularidade do abastecimento. De qualquer forma, vamos passar a ter uma acção de melhor acompanhamento, no que se refere aos stocks.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pôs um problema de reservas. É lamentável que isso aconteça. Tivemos oportunidade de ver na televisão e ouvir a explicação que deu o Sr. Delegado da TAP, que é frustrante, arrogante, enfim, eu não queria fazer comentários sobre isso, mas é lamentável o que a TAP nos está a fazer, a nós todos e não só ao Governo, porque o Sr. Deputado também tem responsabilidades. A TAP está efectivamente, neste momento, a fazer um grande serviço de estrangulamento do desenvolvimento dos Açores, nomeadamente no que se refere ao transporte aéreo para o turismo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Independente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção lancei também uma outra questão, que é de natureza específica. Ou seja, existe a sensação de que há atrasos na construção do porto das Flores e julgo que era importante que a Assembleia tivesse conhecimento de quais são as razões que motivaram esses atrasos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Humberto Melo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não estou perfeitamente habilitado a responder ao Sr. Deputado Renato Moura, porque não acompanho directamente a obra, mas facultar-lhe-ei os documentos que possibilitam essa explicação.

Julgo, porém, que parte dos atrasos verificados, se prendem com o temporal que decorreu a meados do ano. Penso que é isso. No entanto, os Srs. Deputados que estiveram há pouco tempo em visita às Flores, devem estar bem informados. De qualquer maneira, posso facultar-lhe a explicação técnica, para os atrasos verificados na obra do porto da Ilha das Flores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Peço-lhe que tenha em consideração o pouquíssimo tempo disponível que tem.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Regional está no fim. Nestes dias, ficou demonstrado que a situação política regional evoluiu, claramente, no sentido que torna urgente uma mudança democrática.

Esta interpelação demonstrou aquilo que sabíamos e há muito dizemos, ou seja, demonstrou que este Governo é incapaz de resolver os grandes e os pequenos problemas da nossa Região.

(Protestos inaudíveis das bancadas do PSD e do Governo)

O Orador: O Governo Regional entrou derrotado e sai ainda mais derrotado.

(Protestos inaudíveis das bancadas do PSD e do Governo)

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A questão dos transportes, todos sabemos que não é um tema fácil numa região como a nossa, sobretudo no que se refere à adequação do serviço de transportes marítimos regionais, ao estabelecimento de um verdadeiro mercado interno, dado que as nossas diferentes parcelas estiveram ao longo de algumas décadas voltadas de costas umas para as outras, e com uma grave inexistência de trocas comerciais entre as nossas ilhas, na medida em que era mais fácil estabelecer relações comerciais com o Continente Português.

Daqui surgiu um quadro com sinergias várias, que traduziram um fraco crescimento do volume de tráfego total inter-ilhas (1%) em que o maior mercado gerador gerava

cerca de 78% da carga total movimentada, baseado sobretudo no crescimento da pecuária e das indústrias de lacticínios.

Interessa contudo, perceber aqui que, desde o início de 1990, temos vindo a assistir a uma progressiva separação entre o tráfego Continente/Açores e tráfego inter-ilhas e que na sequência disso, tem havido um acréscimo do fluxo de carga gerada inter-ilhas de cerca de 1.000 toneladas semanais. Por via disto e pela racionalidade económica, e ainda perante um novo quadro desenvolvido por empresas de armadores locais, parece assim estar feito um relançamento dos transportes marítimos, e bem assim uma larga contribuição para a criação do mercado interno regional, que proporcionará melhores oportunidades de negócios, animação económica e fomento das trocas com o objectivo de vencimento das nossas desvantagens, decorrentes da nossa dispersão. No entanto, outras questões existem, situadas no transporte marítimo de passageiros sobretudo na área do Grupo Central pelo crescimento significativo de passageiros e a saturação da capacidade dos actuais meios existentes, que agora inseridos numa minimização de riscos e colhimento de ensinamentos de experiências passadas, deve voltar-se para a conjugação de sistemas mistos, em que a maior componente económica deverá ser rentabilizada pela carga, e o transporte de passageiros e este último poder ficar a custos marginais.

Parece assim que, perante todo um quadro existente, estarão criadas condições através dos agentes económicos, para que a área dos transportes marítimos, sempre tão sensível à nossa economia, com as novas condições tecnológicas no tráfego inter-ilhas, consigam ir colmatando as nossas insuficiências, sobretudo, através de novos sistemas.

Aparecem também como prenúncio de optimismo, verificar-se que, actualmente, o aumento da capacidade dos transportes aéreos, os melhoramentos em infraestruturas, embora, algumas ainda a prosseguir e os apoios aos transportes terrestres.

Que dizer assim, dos nossos transportes regionais, inseridos numa ligação constante aos problemas de toda a área económica, dada a nossa dependência total dos mesmos, e, sobretudo, na importação dos factores de produção e exportação de produtos acabados e nas importações dos principais produtos de consumo.

Os transportes que mereceram honras de interpelação ao Governo, nesta Sessão,

e à semelhança da área agrícola, apesar da sua complexidade e ser área difícil sem dúvida, para toda a economia regional, e motivo de quebra-cabeças para todos nós, se observarmos todos os elementos informativos que existem ao dispôr (apesar disso, dizia) neste debate não suscitaram um tipo de diálogo, que permitisse à oposição, convencer o povo açoriano, que o PS quis transformar esta interpelação, no arranque da sua pré-campanha eleitoral.

Como todos sabemos, os transportes na Região têm/foi duas realidades diferenciadas. Uma, a **realidade ilha**, e outra, a **realidade arquipélago**.

São diferentes, mas também não se podem dissociar uma da outra. Na primeira, assumem relevância os rodoviários que também abarcam dificuldades, e na segunda os transportes aéreos e marítimos.

Sem sombra de dúvidas que a segunda realidade, (aéreos e marítimos) é a que gera sempre mais controvérsia, começando nas infraestruturas e acabando nas próprias ligações que independentemente das suas questões e evoluções positivas, também estão sempre bastante sujeitas às razões das próprias condições atmosféricas.

Infraestruturas e ligações que, quer aéreas, quer marítimas, já trouxeram questões a esta Câmara e duma maneira geral a muitos dos Srs. Deputados aqui presentes que têm merecido toda a atenção do Governo Regional, às respostas solicitadas, não obstante, também todos nós sabermos as dificuldades que esta área abarca para que nos possamos sentir satisfeitos e por ser um sector que está a sofrer algumas convulsões dos próprios agentes operadores, em face das alterações em vista, e perante a própria liberalização a que o sector está agora sujeito, até pelas razões da própria política comunitária.

Os tratamentos esclarecedores para todos nós nesta Câmara, evidenciam dificuldades, perante a realidade que o sector tem e que independentemente das críticas políticas que aqui mereceram e em que mais uma vez, esta oposição submergiu, tais dificuldades (dizia) também traduziram que alguma coisa tem sido feita na área dos transportes, embora se torne necessário fazer muito mais.

O sector dos transportes, também ao que sabemos, tem sido alvo de largos investimentos, sobretudo a nível de infraestruturas, umas já completas, e outras em vias disso e para além disso, tem sido objecto das devidas atenções por parte do Governo

Regional, o problema das ligações mais complicadas e no contexto dos operadores privados que prestam os seus serviços na Região.

Sem esquecer as situações pontuais que surgem e não isentas de dificuldades, perante o que por vezes as populações sentem quando lhes faltam os abastecimentos essenciais, é preciso também que se faça a devida justiça pelas soluções que se encontram para se resolver momentaneamente, situações de crise, essas, que acabam sempre por ser resolvidas, e acabarão por desaparecer na sua maioria, quando todo o processo de infraestruturas estiver completo na Região, embora, naturalmente, possam surgir novas questões e para as quais se torna necessário encontrar novas situações.

Expostos os meus e do meu Grupo Parlamentar os principais pontos de vista sobre essas matérias que são objecto desta interpelação ao Governo Regional, pensamos, assim, que o essencial está dito e que as soluções devem estar direccionadas para o enfrentar dos novos e constantes desafios, e não para a política de ocasião, que se pretendeu criar com esta interpelação, que acabará por ser mais um fracasso, porque mais uma vez esta oposição não soube interpelar o Governo Regional, e refugiou-se na tentativa constante de construir - não estivessemos em plena campanha eleitoral - factos políticos de ocasião, como estes factos esvaziados não só de conteúdo, mas também, de ideias construtivas na crítica, o povo dos Açores assistiu àquilo que o PS já demonstrou, como uma derrota política porque ao fim e ao cabo o nosso povo continuará a desejar uma evolução constante, o que somente o Governo do PSD, através do poder que lhe é legitimado, ainda continuará a dar por muitos anos, pese a dor de cabeça que isso cria ao Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, terminaram as inscrições na Mesa, de forma que vamos então passar à fase final da **ordem do dia**.

Para encerrar o debate, pela parte do Governo, tem a palavra o Sr. Presidente, do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Quero agradecer em primeiro lugar,

a satisfação que vários Srs. Deputados exprimiram por me ver a mim, pessoalmente, e aos outros Membros do Governo, presentes nesta Sala.

O Governo acompanha com a maior atenção, como de resto é sua obrigação estrita, os trabalhos parlamentares. Não pode, porém, dispor-se para vir e estar presente, a todas as sessões da Assembleia Legislativa Regional. Para este efeito, encarreguei o Sr. Secretário Regional da Administração Interna de participar em todos os debates e manter o Governo a par do que aqui se passa e é trazido pelos Srs. Deputados. Procuramos, assim, que o nosso relacionamento institucional decorra da maneira mais eficaz, de resto, nas respostas aos requerimentos, também apresentados pelos Srs. Deputados, também procuramos fornecer elementos de juízo que os representantes legítimos do povo açoriano solicitam do órgão executivo regional.

A presença do Governo na Assembleia, é de rigor nas alturas em que se procedem a determinados actos da competência da Assembleia, à aprovação do Programa do Governo, do Plano e do Orçamento, as respostas às perguntas, as interpelações, nessas alturas aqui estarão, os que estão envolvidos ou até a totalidade do Governo Regional. Aparte isto, e fora o funcionamento da Assembleia, a linha de rumo que o Governo pratica e que eu, pessoalmente, tomo também como linha de rumo e procuro dar disso exemplo, é de total abertura e disponibilidade para o contacto com os Srs. Deputados.

Sobre a interpelação, devo dizer com toda a franqueza que se me afigurou uma desilusão.

Deputado Martins Goulart (PS): Para nós!

O Orador: A interpelação está feita para debater questões de política geral, neste caso foi anunciado para debater a problemática da agricultura e dos transportes. Mas o Partido Socialista provou que se ia esquecendo dos transportes e só nesta manhã, apressadamente, veio trazer a questão à colação. Mas o normal seria que na intervenção de abertura da interpelação, toda a temática a debater durante os dois dias parlamentares a isso dedicados, tivesse sido, devidamente enunciado. Como quer que seja, o Governo da sua parte, procurou responder às questões aqui trazidas. E a esse respeito convém que nos entendamos. O Governo ao ser interpelado, responde às questões que a oposição lhe apresenta. O Governo ao ser interpelado, não é solicita-

do a um exame de consciência ou uma reflexão sobre o seu comportamento em determinadas áreas, é sim, solicitado para enfrentar as questões concretas que os Srs. Deputados lhe apresentam. E é isso que aqui foi feito, nestes dias. É evidente que, para introduzir o debate e como nós não temos conhecimento prévio das questões concretas que os Srs. Deputados querem pôr na sua interpelação ou nas suas diversas intervenções, desde logo o Deputado interpe-lante que é quem introduz o debate, os Secretários Regionais têm intervenções preparadas de âmbito geral, mas não pode de forma alguma ser o tal balanço a que nós de resto, com regularidade procedemos, quando aqui vimos discutir, anualmente, o Plano e o Orçamento. Estas são as alturas para o debate sobre o estado da Região. Aliás, assim tem sido desde o princípio, com grande proveito.

As críticas apresentadas foram, como de costume, contraditórias. Ou seja, de que o Governo não intervém ou de que o Governo intervém demais. Por vezes essas críticas surgem das mesmas bancadas parlamentares. Não me refiro já, à dialéctica natural que existe, entre um partido democrata cristão como o CDS ou um Partido Socialista ou mais ainda o Partido Comunista. O Governo é acusado de dar subsídios, como também é acusado de não dar subsídios suficientes. Ou é solicitado para dar mais subsídios ainda.

O presidencialismo do estado, é a atitude mais fundamental do socialismo. O estado deve fazer tudo. É responsável pelo que fazem ou deixam de fazer, até, dos particulares. Deve funcionar como um seguro contra todos os riscos. Ora, esta visão, pelos vistos, é e continua a ser a do Partido Socialista e não tem nada a ver com o modo como o Governo e o PSD encaram a sociedade. Uma sociedade plural, aberta, marcada pela iniciativa privada, onde existe iniciativa, onde existe risco que se assume e é por isso que se assume e é por isso que se justifica o lucro.

Quanto ao Partido Comunista, esse, aparece aqui apresentando soluções de fundo - curiosamente o Partido Comunista apresentou propostas e a sua política sobre essa matéria, não o fez o Partido Socialista - mas apresenta propostas que nada têm a ver com o comunismo. Portanto, são argumentos que não correspondem à lógica da sua intervenção e que melhor ficariam, até, em intervenções doutros Srs. Deputados.

A posição dos partidos da oposição

sobre esta interpelação revelou-se, portanto, contraditória nas suas críticas, vaga nas questões apresentadas, numa altura que é de debate, que deveria ser de fundo sobre as áreas concretas em causa, da agricultura e dos transportes. É natural que as más soluções do Governo, sejam confrontadas pelos partidos da oposição, e com as belíssimas propostas desta. Os Srs. Deputados da oposição escandalizam-se, quando se lhes pergunta quais são as suas propostas. Já o referi, o PCP apresentou, de facto, as suas propostas, apenas farei o comentário de que não têm nada que ver com o comunismo. Mas como estamos agora num período de reconversão (a confirmar-se ou não), a minha noção é de que o comunismo não se aplica nos Açores. Aliás, não se aplica em parte nenhuma do Mundo, Sr. Deputado.

(À parte inaudível do Deputado Paulo Valadão)

O Orador: O CDS, humildemente reconhece no debate, que não tem propostas sobre estas matérias. E, relativamente a algumas questões concretas, o disse expressamente.

Quanto ao PS, com aquela superioridade que já lhe conhecemos e que é, sobretudo, testemunhada pela sua bancada da frente...

Deputados Carlos César e Martins Goulart (PS): Muito obrigado.

O Orador: ...afirma que tem as propostas, mas que não as apresenta! Ou seja, guarda segredo.

Simplemente, eu diria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que este é o segredo de Policinelo. Nós já conseguimos descobrir há bastante tempo onde é que o PS tem escondidas as suas tais propostas. Elas consistem em vagas afirmações de princípio, pouco consistentes. Nós algumas vezes as fomos buscar a esses documentos e aqui as contraditamos e as rebatemos - o PS lembra-se disto e tem, concerteza, uma recordação pesada. Não queremos que o PS mantenha as suas propostas quase clandestinas, como clandestino se transformou o Governo sombra do qual nunca mais ouvimos aqui falar. Passou à clandestinidade.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Eu quero, no entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, repudiar nesta altura, com o todo o vigor, a atitude negativista e os ataques pessoais do PS, a Membros do Governo Regional. Não esperava que o Partido Socialista chegasse a este ponto. Não descerei a esse nível, para rebater

e muito menos para replicar, com críticas contundentes que poderia fazer, relativamente aos representantes do Partido Socialista nesta Câmara.

Na falta duma interpretação global sobre os problemas agrícolas e sobre a política do Governo para os enfrentar, sobre os problemas dos transportes que, futuramente, venha a enfrentar, limitamo-nos, pois, a questões concretas e até alguns Deputados aproveitaram para apresentar os seus problemas pessoais. Na medida do possível, também procuraremos ajudar a resolver a questão das reservas que alguns dos Srs. Deputados aqui apresentaram. De resto, foi isto o que marcou a interpelação. Foi a conjuntura, o imediato. O Governo que é acusado de imediatismo, afinal é acusado pela oposição, com propostas relativas à situação conjuntural. A falta da possibilidade de obter as reservas atempadas na SATA, são as questões que mais marcam a situação, neste debate parlamentar e que testemunham como, de facto, estamos longe daquilo que deveria ser uma interpelação de fundo acerca destas matérias.

O Governo respondeu às várias questões concretas. Expôs uma vez mais, as suas linhas de fundo, inseriu a sua actuação no contexto nacional e europeu. Nós não ocultamos as dificuldades que temos nas nossas articulações com o Governo da República...

Deputado Martins Goulart (PS): Explique se faz favor.

Deputado Francisco Sousa (PS): Ah, afinal têm!

O Orador: ...quando as declarávamos com mais vigor, logo éramos censurados pelos Srs. Deputados! E, por via disso, temos procurado apresentá-las duma maneira mais suave, mas sempre com o mesmo empenho e a mesma firmeza na defesa dos interesses dos Açores.

Reconhecemos, com humildade democrática, as nossas limitações e insuficiências - pelos vistos, pelas bandas da oposição não há limitações nem insuficiências, ou então não há qualquer humildade democrática.

(À partes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Nós anotámos as chamadas de atenção válidas, para problemas certos, concretos, dos quais nós também participamos. Partilhamos essas preocupações que, com tanto vigor, apresentou o Sr. Deputado do CDS, Alvarino Pinheiro, acerca do problema do atraso dos pagamentos do leite aos

lavradores da Ilha Terceira. Sabemos como é um problema aflitivo. Um problema, para o qual, o Sr. Deputado afirmou não ter respostas e nós muito apreciaríamos sugestões sobre essa matéria, porque sentimo-lo no nosso diálogo permanente com as populações e, concretamente, com as populações da Ilha Terceira, como sendo um problema realmente angustiante mas que, pelo seu circunstancialismo, não se pode dizer que seja um problema de fundo da economia açoriana, dos tais que se incluíam numa interpelação desta natureza.

Nós continuaremos a actuar nestes domínios, com verdadeiro e genuíno espírito de diálogo. É assim mesmo que temos praticado. E este respeito não serve, de forma alguma, ao Governo esta tentativa permanente que fazem alguns dos partidos da oposição, e sobretudo, alguns dos seus próximos, de que o Governo está desligado do povo, que o Governo não dialoga, que o Governo não se interessa. O Governo está, constantemente presente, junto das populações, arrostando com as críticas de deputados da oposição, precisamente por esta presença. Críticas que, ultimamente se têm desvanecido, porque os Srs. Deputados afinal vão aos mesmos lugares, onde nós costumávamos ir. Seguiram, portanto, o nosso caminho, reconhecendo que nós estávamos certos, quando procuramos estar sempre, sempre junto do Povo!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

O Orador: O Governo dialoga e, desde logo, com as associações representativas dos agricultores e lavradores, com as cooperativas e os seus dirigentes, quanto aos transportes, com as câmaras do comércio, os operadores e também com os partidos políticos da oposição. Com toda a franqueza, com abertura. Este é que é o ponto fundamental. Fazêmo-lo no debate parlamentar, fazêmo-lo em encontros havidos com os responsáveis dos vários partidos e actuamos sempre desta maneira, nessas ocasiões, com a melhor boa fé, pondo os problemas com clareza e com franqueza, falando entre gente honesta e que se preza - nem sempre bem entendidos, nem sempre bem compreendidos - com as nossas intenções, por vezes, julgadas ou tergiversadas, mas não abdicaremos desta prática, porque entendemos que, como Governo da Região, havemos de procurar dialogar com todos os outros partidos com representação nesta

Assembleia e manteremos portanto, essa participação.

(À partes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: No domínio da agricultura e dos transportes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conforme aqui ficou, amplamente demonstrado, estamos a ir no bom caminho. A uma análise estática que é a que a oposição pratica, nós contrapomos uma visão dinâmica. A fotografia evidencia sempre, limitações, mas o filme, o cinema, sobretudo quando é visão ampla, revela o progresso dos Açores.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É isto que a oposição, por mais que se esforce, não consegue de forma alguma ocultar. Quem olha para trás e pensa no que era a agricultura dos Açores há alguns anos...

Deputado Carlos César (PS): Há 500 anos!

O Orador: Não há muitos anos. Basta, na altura em que o Sr. Deputado frequentava ainda o ensino secundário e eu já estava nestas lides governativas, já nessa altura, da fase da agricultura primária, arcaica, obsoleta...

Deputado Carlos César (PS): Na altura do Caetano.

O Orador: E a propósito do Caetano, eu invoco o próprio testemunho dele. A agricultura de há anos atrás, quando empregava 60% da população activa dos Açores, era inegavelmente uma agricultura de miséria. Hoje, temos uma agricultura moderna, com problemas de adaptação que foram muitíssimo bem caracterizadas nas diversas intervenções do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, mas com o caminho aberto para os superar. E nos transportes, quem não se lembra do calvário que era viajar entre as ilhas! Hoje, reclama-se, porque todos têm necessidade - e têm-na mesmo - de ligações diárias para cada uma das nossas ilhas, isto é inegável. Há bem pouco tempo, ainda, na altura em que o Governo assumiu as suas funções, nós encontrávamo-nos com ligações aleatórias, com ligações marítimas sobredimensionadas, em condições até de gravíssimo perigo, e hoje, temos de reconhecer, são na maior parte dos casos, ultrapassadas.

O salto qualitativo de modernização, nestes 15 anos de governação social democrata, é verdadeiramente impressionante. E a esse respeito, é bom que a oposição se consciencialize, quando faz constantes apelos para que melhor seriam as soluções

decididas de cima para baixo de Lisboa, que se tivéssemos estado submetidos aos critérios de médias nacionais, não teríamos de forma alguma conseguido realizar, nestes 15 anos, aquilo que, realmente está diante dos nossos olhos.

Estes 15 anos foram, de facto, impressionantes, históricos. Já o disse algumas vezes. Se não fosse no tempo da rádio e da televisão e dos jornais e da imprensa, nós haveríamos de ter lendas, concerteza, acerca deste período impressionante da história dos Açores.

Mas se não tivéssemos tido a nossa autonomia democrática - que resultou do 25 de Abril, mas vai para além dele - nós teríamos andado muitíssimo mais devagar neste processo.

Já alguma vez, com as simples contas de instrução primária (pouco mais) se conseguiu demonstrar que dispendo nós - como disporíamos - das médias nacionais de 3 a 4 vezes menos, recursos do que aqueles de que temos conseguido dispôr, graças à nossa autonomia democrática, havíamos de levar 3 ou 4 vezes mais tempo, para dar realização àquilo que está diante dos nossos olhos. Ou seja, não seria apenas o tal período dos 20 anos, duma geração que apavora - pelos vistos - alguns dos Srs. Deputados da oposição, teríamos que esperar 45 ou mesmo 60 anos, para alcançar o nível e a qualidade de vida que hoje, mercê da Autonomia e mercê de quem tem esta a protagonizá-la nas funções executivas, e com o apoio do Parlamento, está aqui alcançado e participado por todos os açorianos.

Os índices, de resto, de progresso e os índices de bem estar geral, são tão conhecidos que eu dispensei de os citar, porque temo com isso, excitar os Srs. Deputados da oposição.

Mas é preciso ir sempre mais além. Disse-o e então não o nego, de forma alguma. Sou o primeiro a dizê-lo! Assim o impõe, o dinamismo da época histórica em que nós vivemos.

Fiscalizados pelo Parlamento - maioria e oposição - o Governo há-de prosseguir sempre, no seu trabalho de serviço aos Açores e ao Povo Açoriano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

A sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que agora termina, trouxe-nos indubitavelmente uma novidade no posicionamento político do Governo Regional: o da política da ausência. O Governo Regional e o partido que o suporta, mal habituados por quinze anos de poder absoluto, nunca se capacitaram de que poderiam algum dia estar em minoria, que poderiam algum dia ver as suas posições derrotadas...

Deputado Jorge Cabral (PSD): A democracia é assim!

O Orador: ...as suas omissões, os seus erros e desleixos serem maioritariamente criticados pelo órgão máximo da autonomia regional.

Incapaz de aceitar democraticamente a derrota, revelando a concepção distorcida que tem do jogo democrático, o Governo Regional inaugurou um novo estilo e maneira de estar na política, a política da ausência.

Para quem durante quinze anos foi condenado a ver o Governo Regional eternamente presente nos ecrãs da televisão, em todas as cerimónias e actos públicos, inaugurações, festas, procissões, exposições, conferências, colóquios, seminários, viagens, recepções - até em programas especiais pretensamente destinados a divulgar a presença da diáspora açoriana - espécie de Grande Irmão ubíquo, inamovível e insubstituível, a política da ausência não poderá deixar de constituir uma desanuviante novidade. Pena é, que essa ausência se tenha verificado exactamente no local em que ela não era admissível, isto é, nesta Assembleia, de que politicamente depende.

A ausência do Governo na reunião inaugural desta sessão extraordinária, ausência por inteiro...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Os deuses devem estar loucos!

O Orador: ...foi prolongada nesta interpeção por uma presença física sem qualquer capacidade de debate, que em nada alterou a ausência de política nas questões fulcrais para o desenvolvimento económico dos Açores, revelada pelo Governo Regional.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo Regional não tem nem nunca teve uma política de transportes marítimos, limitou-se a ter uma política de construção de portos;...

Deputado Rui Melo (PSD): Não apoiado!

O Orador: ...o Governo Regional não tem nem nunca teve uma política de desenvolvimento económico, limitou-se à promoção da política do subsídio e da clientela; o Governo Regional não tem nem nunca teve uma política agrícola, limitou-se a confiar na fidelidade de um eleitorado rural que agora ameaça ter atingido o limite da paciência.

Deputado Jorge Cabral (PSD): A política do PS é isto?!!

O Orador: O Governo Regional pautou sempre a sua actuação pela máxima de Salazar de que "em política o que parece é", contemporaneamente traduzida no princípio de que o necessário é fazer passar a imagem, vender o produto, aparentar obra feita. Passados quinze anos, a História não se converteu às concepções salazaristas e mostra-se muito mais favorável ao velho ditado de que a verdade é como o azeite, vem sempre à tona de água.

(À parte inaudível do Deputado Fernando Faria)

O Orador: Sr. Deputado Fernando Faria, fique sabendo que nunca fui chefe de quina!

O isolamento, a distância e dispersão das ilhas dos Açores eram à partida facilmente reconhecíveis como o principal obstáculo ao desenvolvimento do arquipélago e todos esperávamos ver tomadas medidas de fundo no domínio dos transportes que pudessem reduzir as distâncias que nos separam uns dos outros, todos do Continente, da Europa e dos Estados Unidos, do Canadá, da diáspora açoriana.

Constatamos hoje que as tarifas aéreas mais caras praticadas em Portugal, se encontram nos Açores, que pode sair tão caro ir de S. Jorge ou da Graciosa ao Faial como de qualquer destas ilhas ao Continente, que a tarifa quilométrica da ligação das duas principais ilhas do arquipélago é muito superior à da ligação entre as duas principais cidades do País, que uma frota aérea acabada de adquirir se encontra frequentemente colada ao chão por avaria, que este se revela incapaz de oferecer capacidade de carga com o mínimo de segurança e regularidade, que, enquanto nos Açores, há ilhas como a Graciosa que não têm direito a ligações aéreas diárias, por exemplo, o Porto Santo na Madeira, de menor dimensão e a distância semelhante da maior ilha vizinha, dispõe de 6 voos diários de Inverno, que os horários da SATA não permitem por sistema as viagens diárias de trabalho

e que, por fim, os défices se acumulam num indisputado regime de monopólio e ninguém sabe o que é que custa o quê.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se olharmos para a TAP, o panorama não é muito diferente. Unicamente vocacionada para voar com a garantia de lotação esgotada - seguindo, portanto, mais os princípios dos voos charter do que os do serviço público que pretende ser - o monopólio da TAP contribui fortemente para estrangular o desenvolvimento turístico e para o dificultar das condições de vida nos Açores. O Governo da República, em recentemente anunciada proposta de decreto lei, tratou de assegurar a opinião pública de que a situação não só não vai melhorar como se vai agravar substancialmente. Ficámos assim a saber que o Governo da República não só aumentará a situação de monopólio como se arroga o direito de decretar os preços a pagar pelos residentes sem assumir qualquer compromisso em termos de indemnização compensatória. Os preços a praticar para os não residentes passarão a reger-se pelas tarifas praticadas na Europa-continente, onde mercê de vários factores e condicionalismos, se encontram trajectos com tarifários exorbitantes. Quanto à regularidade, comodidade e restantes condições de funcionamento de um serviço público, tudo isso fica por esclarecer.

Deputado Jorge Cabral (PSD): São estas as grandes opções do PS?!!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se quanto ao transporte aéreo ficamos a saber que os únicos projectos do PSD são para piorar a situação e não resolver problema nenhum, a situação não é melhor nos transportes marítimos. Em recente documento endereçado às Comunidades, o Governo Regional assume alegremente que o transporte marítimo entre os Açores e o Continente, e inter-ilhas, tem custos por distância percorrida que são uma vez e meia o dobro dos custos por estrada no Continente, de mesma forma que reconhece, com à vontade, que não tem política de transportes marítimos. Quanto às condições de liberação do transporte marítimo e à necessidade de realizar contratos de serviço público, o Governo Regional ignorou despreocupadamente o seu significado e consequências, durante os quatro anos que se seguiram à saída da legislação nacional, e só agora anda a considerar estudos sobre o que há-de fazer, estudos esses em que nem sequer estão equacionadas as principais questões que se colocam ao

sector. A dúvida existencial que subsiste é como se explica o facto de os aviões ainda voarem e os barcos navegarem nos mares dos Açores.

(Risos da bancada do PSD)

Deputado Luís Bastos (PS): O Sr. cava a sua sepultura!

O Orador: Perante o esboroar do sistema de financiamento de transporte de factores de produção básicos, assente em monopólios públicos, o PSD dos Açores acaba de revelar com a sua tomada de decisão quanto ao pagamento do transporte de adubos, a sua total ausência...

Deputado Jorge Cabral (PSD): É este o futuro Presidente do Governo Regional dos Açores?!

O Orador: ...de margem de negociação nacional. Da autonomia de combate e autonomia tranquila passamos à autonomia da demissão e do encolher de ombros. Convirá ainda salientar que a existência de infraestruturas que permitem o transporte de veículos automóveis em sistema de roll-on, roll-off está vulgarizado não só em regiões insulares ou marítimas com grandes volumes de tráfego mas também em áreas mais isoladas ou de menor dimensão na Escócia, Noruega, ilhas gregas ou Canárias e é incompreensível a razão pela qual tal alternativa nunca foi sequer considerada quando se lançou a rede de portos da Região, sendo certo que ela necessita de condições de acostagem totalmente diferentes das tradicionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PSD, tanto no Governo da República como no Governo Regional, tem revelado uma completa insensibilidade para as deficientes condições em que funcionam os transportes marítimos e aéreos e dos custos acrescidos que eles acarretam para a economia regional. É incompreensível que a chamada política de custos da insularidade não se materialize sequer em nenhum esforço financeiro das autoridades nacionais ou regionais, que se limitam agora a pagar os défices da SATA. É incompreensível que na altura em que se anunciam autoestradas, pontes, vias rápidas e comboios de alta velocidade em todo o Continente, os Açores, onde obviamente, nem betão nem via férrea nem ponte pode ser lançada entre as ilhas e entre estas e o Continente, não usufruam de apoios materializados em subvenções de carácter permanente ao transporte.

A este propósito, o Partido Socialista

já se comprometeu formalmente em apoiar de forma decisiva os transportes para as Regiões Autónomas caso venha a estar a seu cargo o Governo da República.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: A política que o PS porá em marcha para os transportes aéreos e marítimos de ligação entre os Açores e o Continente e inter-ilhas baseia-se em contratos de serviço público...

(À parte inaudível do Presidente do Governo Regional)

O Orador: Era bom que o Sr. Presidente ouvisse alternativas!

...com condições e garantias de serviço e de preço dos serviços prestados, apoiado em programas permanentes de subvenção suportados pelas comunidades europeias, pelo Orçamento de Estado, e, supletivamente, pelo Orçamento Regional.

Deputado José Carlos Simas (PSD): E ainda...

O Orador: A existência de um elemento concorrencial, mesmo que sujeito a regulação dos poderes públicos, é tida como um elemento essencial para o assegurar da optimização do serviço público prestado.

Concretamente, a política de transportes para os Açores terá de se basear em quatro elementos fundamentais:

1º - Transparência de custos de transporte obtida sempre que possível através do funcionamento da concorrência e, quando não for possível, através de uma rigorosa contabilidade analítica;

2º - Criteriosa definição de serviço público, que terá de passar a curto prazo pela ligação aérea diária a todas as ilhas, ligação mínima matutina e vespertina Açores-Continente...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Oh! Meu Deus!

O Orador: ...apetrechamento do Grupo Central com infraestruturas de roll-on, roll-off e início de carreiras regulares deste tipo.

3º - Abertura do tráfego aéreo inter-ilhas e Açores-Continente a uma concorrência regulada - no curto prazo aberta às duas companhias públicas que operam nos Açores - baseada em contratos de serviço público;

4º - Início de um programa de subvenções regulares ao transporte marítimo e aéreo, que tenha em conta os custos das ligações e a necessidade de viabilizar a actividade económica e as condições mínimas de vida

em todo o arquipélago, a ser financiado com participações comunitárias, nacionais e regionais.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Aprovado!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação da agricultura que aqui vimos exposta nesta sessão extraordinária difere da dos transportes, fundamentalmente, pela violência, dimensão e aparente imprevisto atingidos pela crise que lavra neste sector.

A crise é evidente para todos, menos para o titular da pasta da agricultura que não vê mais do que um pequeno problema "pontual e técnico".

Deputado Jorge Cabral (PSD): Aí vem a reforma agrária!

O Orador: De facto, como pode o Sr. Secretário da Agricultura ver qualquer problema, se ele ignora que o preço da intervenção da manteiga é o mesmo nos Açores e nas Comunidades e que, portanto, a sua solução de compensar a queda do preço do leite em pó com a subida do preço da manteiga é um puro disparate.

De facto, como pode o Sr. Secretário dar-se conta de qualquer questão no sector dos lacticínios se ele não sabe o que é um queijo de pasta mole ("soft cheese), em inglês) e o confunda com queijos frescos?

(Risos da bancada do PSD)

Deputado Luís Bastos (PSD): O Sr. diz isso porque sabe que o Sr. Secretário não lhe pode responder!

O Orador: Eu tenho na minha mão, para o Sr. Secretário poder confirmar, um queijo de pasta mole, confeccionado com leite cru, na freguesia da Criação Velha, Pico que tem como marca "Queijo-Pasta Mole". Fica para uma lição ao Governo e ao Sr. Secretário.

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Com o actual titular da Agricultura, os queijos de pasta mole da Comunidade podem continuar a conquistar quotas de mercado aos queijos dos Açores nos mercados continentais, porque o Sr. Secretário não percebe sequer o que se passa.

Para o Sr. Secretário, os problemas que existem são apenas os dos lavradores, os das cooperativas e os dos empresários, ou seja, trata-se de questões com a iniciativa privada, com os quais ele nada tem a haver.

A insensibilidade demonstrada pelo Sr. Secretário quanto às implicações sociais

da actual crise e confirmada pelo Sr. Presidente do Governo que tentou minimizá-las...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Não minimizei nada disso!

O Orador: ...as situações humanamente dramáticas que se vivem nos Açores, nomeadamente na Ilha Terceira, onde muita gente se viu atirada para a miséria - é, no mínimo, chocante.

O Sr. Secretário ter-se-á esquecido de que foi sua a definição de uma política que promoveu o aumento máximo da produção de leite?

Quanto às restantes críticas feitas no domínio da agricultura, não é pelo facto de elas terem sido aceites - declarada ou apenas tacitamente pelo Governo Regional - que as deveremos esquecer ao encerrar este debate.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As deficiências na rede de transportes inter-ilhas aliadas à ausência de uma política de regularização de mercados, reconversão, experimentação de novas variedades e técnicas levaram ao progressivo apagamento de inúmeras actividades agrícolas que poderiam no mínimo abastecer e dinamizar o mercado açoriano. É hoje difícil encontrar vinho e a maior parte das espécies de fruta, quando não mesmo as hortícolas mais vulgares oriundas dos Açores.

A pecuária, ajudada pelas condições naturais e também pelo facto de ser muitas vezes a única produção com uma real garantia de venda foi o único sector significativo que conseguiu sobreviver até agora à prolongada decadência da agricultura açoriana que acompanhou a vigência do PSD à frente da política regional.

O Governo Regional conseguiu até agora criar a ideia de que, se a agricultura estava efectivamente em decadência, a pecuária, contudo, prosperava e era no fundo a prosperidade desta última que justificava o desaparecimento da primeira. A frieza dos números e das realidades vem desmentir esta concepção. Nos últimos quinze anos o sector dos lacticínios nos Açores viu a sua posição degradar-se no conjunto nacional, tanto em termos quantitativos como em termos qualitativos e, cada vez mais, enfrenta a perspectiva de se vir a juntar a toda a restante agricultura na mesma lógica de degradação a aniquilamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A prova mais cabal da incúria e do desleixo do Governo Regional perante a actividade económica do arquipélago é

a forma como foram desperdiçados o tempo e os meios postos à disposição dos Açores pelas Comunidades para modernizar e reconverter um dos únicos sectores económicos que não tinha ainda sido triturado pela ausência de capacidade concorrencial e perspectiva de futuro.

Deputado Jorge Cabral (PSD): O Sampaio já disse isso!

O Orador: As perspectivas que são oferecidas pelo Governo Regional aos lavradores açorianos são as de caminharem a passos cada vez mais rápidos para a falência e para a derrocada.

O imediato estabelecimento de um programa de emergência para a agropecuária e lacticínios dos Açores, assente em princípios de justiça e igualdade entre todos os agentes económicos, e de obtenção de um máximo de resultados económicos e sociais com um mínimo de recursos financeiros, é hoje imprescindível; mas só por demagogia poderíamos pensar que ele resolveria por si só os gravíssimos problemas estruturais enfrentados pelo sector.

Para que se possam obter resultados em tempo útil é necessário começar a trabalhar desde já num programa específico para a agricultura e indústria do sector, que possibilitem as transformações estruturais necessárias à reconversão e sobrevivência da agricultura açoriana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

No final desta interpelação verificámos que não é só o Governo da República que continua indisponível para, em concerto com os órgãos próprios da Região - e no espírito da indispensável solidariedade nacional - contribuir para a resolução dos problemas que nos afligem; mas é também o Governo Regional que não está minimamente apto ou disponível para inverter o sentido da sua política nestes dois sectores fundamentais para a economia açoriana.

Depois de ter travado com o Governo da República uma indecorosa guerra - na qual não foram respeitados sequer os princípios mínimos da colaboração institucional e em que foram trocadas as mais graves acusações e insultos - o Governo Regional ensaia agora, sem qualquer hipótese de êxito, uma falsa unidade com fins exclusivamente eleitorais. É sintomático que essa encenação seja feita à custa dos interesses e dos direitos do Povo dos Açores.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Não apoiado!

Voices do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esta interpelação provou, acima de tudo que, com o PSD no poder - quer no país quer na Região - os Açores nada têm a esperar. Trata-se agora de dar os passos necessários à mudança segura que passará, necessariamente, pela assunção de responsabilidades governativas, por parte do Partido Socialista para que se saia definitivamente do terceiro mundismo político que tem caracterizado a vivência democrática na Região Autónoma dos Açores.

(Risos da bancada do PSD)

Para que num futuro próximo os açorianos de todas as ilhas, bem como os que de longe nos acompanham, possam encarar, com certeza e optimismo, o desenvolvimento económico e social da Região.

Para que o desenvolvimento dos Açores assente numa efectiva solidariedade regional, nacional e comunitária.

E, finalmente, para que se credibilizem os órgãos de governo próprio da nossa Região Autónoma e se recuperem as virtualidades...

Deputado José Carlos Simas (PSD): Tu sabes lá o que é isso!

O Orador: ... do regime de autonomia política dos Açores, aperfeiçoando-o como grande projecto nacional - um projecto essencialmente democrático, promotor da justiça social e garante do progresso para uma das regiões mais nobres de todo o Portugal. Disse.

Deputado Rui Melo (PSD): Califórnia!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, Chegámos ao fim dos nossos trabalhos constantes da Ordem do Dia.

Nos termos regimentais a Mesa da Assembleia propõe que esta declare finda esta sessão extraordinária. Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Boa tarde.

(Os trabalhos terminaram às 13.40 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - David Santos, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Victor Cruz; PS - Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Martins Goulart, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Carlos César; CDS - Alvarino Pinheiro.

Deputado que faltou à Sessão: PSD - Carlos Teixeira).

A Redactora de 2ª Classe, Ana Paula Garcia de Lemos & Nazaré.